

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN)

# PLANO PLURIANUAL 2000-2003

Fortaleza, 1999

# Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN)

SECRETÁRIA	Mônica Clark Nunes Cavalcante
SUBSECRETÁRIO:	João Marcos Maia
COLABORAÇÃO ESPECIAL	José Nelson Bessa Maia
COORDENAÇÃO GERAL	Carlos Eduardo Pires Sobreira Fátima Coelho Benevides Falcão
EQUIPE DE ELABORAÇÃO	Ana Lúcia Ribeiro Lima Antenor Barbosa Filho Antônio Mendes Tabosa Dominique Cunha Marques Gomes Eliane Barbosa Hissa Francisco Parente Gomes José Erivilson de Lima José Iran de Paula Melo Maria das Graças Nogueira Prata Mércia Maria de Melo Ponte Lima Philipe Theophilo Nottingham
COLABORADORES	Adelita Neto Carleal Fernandes Francisco Racine Teixeira Távora Francisco Reginaldo Pinto Pinheiro Hilbert Vasconcelos Evangelista Lourdes Maria Porto Morais
PROCESSAMENTO DE TEXTO E DADOS	Dilson Roberto Dias de Castro Marco Aurélio Soares de Oliveira João Eudes Lopes da Silveira Paulo Tadeu Morais da Conceição Roque
EDITORÇÃO ELETRÔNICA	Adriana Souza de Farias Clécio Queiroz dos Santos Dulcineide Bessa

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 11

I. PREMISSAS DO PLANO, 13

II. RETROSPECTIVA RECENTE, 15

II.1. Aspectos Demográficos, 15

II.2. Evolução do Perfil Econômico, 17

II.3. Avanços na Qualidade de Vida, 20

II.4. Equilíbrio das Finanças Públicas, 24

III. CENÁRIO MACROECONÔMICO, 28

IV. OPÇÕES ESTRATÉGICAS E LINHAS DE AÇÃO, 31

IV.1. Opção Estratégica I: Capacitar a População para o Desenvolvimento, 33

IV.2. Opção Estratégica II: Avançar no Crescimento Econômico, 37

IV.3. Opção Estratégica III: Melhorar a Qualidade de Vida da População, 43

IV.4. Opção Estratégica IV: Garantir a Oferta Permanente de Água e o Convívio com o Semi-Árido, 52

IV.5. Opção Estratégica V: Aperfeiçoar a Gestão Pública, 57

V. FINANCIAMENTO DO PLANO, 64

ANEXO I - QUADROS CONSOLIDADOS DOS RECURSOS

CONSOLIDAÇÃO DE RECURSOS POR FONTES SEGUNDO AS ÁREAS DE ATUAÇÃO

CONSOLIDAÇÃO DE RECURSOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO E PROGRAMAS SEGUNDO AS FONTES

CONSOLIDAÇÃO DOS RECURSOS POR MACRORREGIÃO (MR) SEGUNDO A ÁREA DE ATUAÇÃO E FONTE



## INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual 2000-2003 representa um marco na ação administrativa e do planejamento do governo estadual.

Tem o propósito de colocar o Ceará na trilha do novo milênio, apresentando um programa de desenvolvimento capaz de fomentar mudanças estruturais na economia do Estado e de proporcionar à sociedade cearense melhorias na escala do desenvolvimento humano e social.

Este Plano com essa visão contém programas de ação decisivos para que o Ceará avance na consolidação de um projeto de desenvolvimento, calcado na sustentabilidade econômica, social, ambiental e política.

Com a adoção gradativa do ajuste fiscal, da reforma do Estado e da capacidade de geração de poupança pública, foi possível criar condições para o desenvolvimento, a partir de um processo de características endógenas.

Assim, a credibilidade do Estado, o programa de capacitação da população, a infraestrutura econômica em construção, os investimentos privados já atraídos e a política de recursos hídricos permitiram ao governo optar por cinco grandes estratégias de ação que orientam os objetivos, diretrizes e metas para o próximo quadriênio.

Fundamentadas numa visão prospectiva do planejamento, foram estabelecidas como opções estratégicas: i) a capacitação da população para o desenvolvimento, envolvendo uma ampla ação de educação integrada à qualificação para o trabalho; ii) o avanço no crescimento econômico, a partir da dinamização da agricultura irrigada em base empresarial, da consolidação das indústrias de base e do pólo exportador calçadista, bem como do fortalecimento do turismo e da indústria cultural e da maturação e integração dos projetos de infraestrutura econômica; iii) a melhoria na qualidade de vida, compreendendo o acesso e humanização dos serviços de saúde, a ampliação dos serviços de saneamento básico, preservação do meio ambiente, prestação de assistência social, melhoria na qualidade da segurança e defesa do cidadão e da justiça; iv) a oferta permanente de água e o convívio com o semi-árido - que se traduz no aumento da oferta e distribuição de água e redução da vulnerabilidade aos efeitos da seca-; e, finalmente, v) o aperfeiçoamento da gestão pública.

Os estudos de análise e avaliação do desempenho estadual recente, com enfoque nos indicadores macroeconômicos, condições de vida, desempenho fiscal e das políticas públicas, além da definição de prioridades estratégicas, levaram à formulação do objetivo-síntese do Plano: avançar no crescimento econômico com desenvolvimento social.

A visão espacial que este Plano incorpora está centrada no fortalecimento de pólos integrados de desenvolvimento, a partir da implantação de agropólos e dos *clusters*

econômicos de turismo, e no papel que os centros urbanos regionais desempenharão como receptores e irradiadores do desenvolvimento descentralizado.

A regionalização dos recursos dos investimentos plurianuais nas oito Macrorregiões de Planejamento considerou as condições sociais e a capacidade dessas regiões de contribuir para a geração de ocupação e renda.

Cumpram-se, ainda, o papel conferido à gestão pública no presente Plano para a realização de uma administração moderna, eficiente, pró-ativa, com satisfatório grau de efetividade, capacidade de atuação em tempo real e de resposta às expectativas da sociedade.



## I. PREMISSAS DO PLANO

O Plano Plurianual, com programação prevista para o quadriênio 2000-2003, tem como princípio norteador a visão de longo prazo na perspectiva de contribuir para a construção de um Ceará desenvolvido no horizonte de uma geração.

Nessa visão de futuro, busca-se uma sociedade que viva em harmonia com a natureza e que seja espacialmente equilibrada. Um Estado a serviço da comunidade, fundamentado numa economia sustentável, abrigando uma sociedade democrática e avançada quanto à cultura, ciência e tecnologia.

Levando-se em conta os desafios da transformação do perfil sócio-econômico do Estado, da redução da pobreza do meio rural e da sua inserção numa economia globalizada, este Plano Plurianual se alicerça nos princípios básicos: da sustentabilidade do desenvolvimento; na descentralização do crescimento; na melhoria da qualidade de vida, em que os índices de pobreza sejam cada vez mais reduzidos; e no princípio da parceria, como elo que potencializa a contribuição de todos os segmentos da sociedade para o bem-estar dos cearenses.

O princípio da sustentabilidade do desenvolvimento pressupõe o crescimento econômico num ritmo acelerado, com ganhos de competitividade, para inserção do Estado na economia nacional e internacional, respaldada pela construção de uma base física onde a garantia de oferta d'água se constitua elemento fundamental, e na valorização do capital humano, do conhecimento, da informação, da pesquisa e da gestão.

Incluem-se ainda a redução nos desequilíbrios interregionais objetivando-se alcançar um padrão em que os resultados do crescimento passem a ser efetivamente disseminados entre as diversas regiões do Estado, de forma a beneficiar áreas urbanas e rurais do semi-árido e ampliar a participação dos mais pobres no processo de desenvolvimento.

A experiência mundial mostra que o crescimento econômico não garante, necessariamente, a resolução das desigualdades sociais nem a redução da pobreza em níveis aceitáveis. Ciente disso, o governo parte da premissa básica de maximizar os resultados da ação pública para assegurar a sustentabilidade social. Para tanto, pressupõe-se investimento público expressivo, principalmente para elevar os níveis de educação e de qualificação da população.

Quanto ao princípio da parceria, vale destacar que o Ceará já registra uma história recente bem-sucedida de parcerias público-privadas, o que vem contribuindo para a criação de um ambiente de consenso em fóruns tais como os conselhos de desenvolvimento, os pactos de cooperação empresa-governo e de associações de classe, desempenhando papel essencial e positivo na promoção mais ativa e sistemática de investimentos.

A consolidação de um projeto de desenvolvimento de longo prazo, sem o comprometimento da qualidade de vida e sem o sacrifício das gerações futuras, exigirá da ação governamental a defesa e a proteção do meio ambiente. Por isso a preservação dos nossos ativos naturais se constitui num condicionante para a garantia de sustentabilidade social e econômica para a população cearense.

Na execução das políticas de desenvolvimento, portanto, as questões relacionadas à conservação e preservação do meio ambiente condicionam a viabilidade da implementação dos projetos, seja de natureza pública ou privada.

O Estado do Ceará avançou na direção de uma sociedade mais democrática e pluralista e está vivenciando um processo de amadurecimento político que contribui para a criação de um ambiente profícuo à participação da sociedade, refletindo-se na transparência das ações e na impessoalidade das políticas públicas.

A construção de um consenso, já alcançado, para a mudança garante condições objetivas para que o governo avance no seu papel maior de articulador, criando a sinergia necessária entre os atores relevantes no Estado com vistas à concretização de um projeto de desenvolvimento que já passa a ser de toda a sociedade.

## II. RETROSPECTIVA RECENTE

Dentre os Estados brasileiros, o Ceará distinguiu-se nos últimos anos pela reestruturação nas finanças públicas, incremento nos investimentos e mudança no regime de intervenção na economia, acompanhados por tendências de crescimento econômico persistente, em especial nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços.

Isso foi possível com o ajuste fiscal, a renegociação da dívida em condições vantajosas, a reforma do setor público e a moralização do Poder Executivo, conquistando, enfim, a credibilidade interna e externa.

A adoção de um novo modelo de gestão pública permitiu aumento do investimento público mediante execução de projetos estruturantes e criou expectativas favoráveis no setor empresarial, possibilitando a realização de um bem-sucedido programa de atração de investimentos.

O resultado desse desempenho obteve repercussões positivas na economia, com reflexos na melhoria das condições de vida da população.

### II.1. Aspectos Demográficos

Em 1997, a população global do Estado totalizou 6,9 milhões de pessoas e cresceu, desde 1987, a uma taxa média anual de 1,87%, repetindo tendência de declínio no ritmo do comportamento demográfico observado há várias décadas. No entanto, a desaceleração no crescimento da população cearense decorre não apenas da persistência do processo migratório, acentuado nos períodos de estiagem, mas sobretudo de fatores ligados à urbanização, que determinam a redução na taxa de fecundidade, tais como maior escolarização das mulheres (em relação aos homens) e seu crescente engajamento no mercado de trabalho.

A população cearense residente em áreas urbanas aumentou sua participação de 65,3%, em 1991, para 69,2% em 1997. As causas básicas da intensa desruralização têm sido a fragilidade da economia rural e o efeito polarizador da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Realmente, a taxa anual de crescimento demográfico da RMF, ao longo da década de 80, superou em duas vezes a taxa de variação demográfica do Estado. Com apenas 2,4% da superfície estadual, a RMF abriga, segundo dados de 1997, 38,4% da população total, percentual que em 1991 era de 36,2%.

As implicações dos movimentos demográficos ocorridos no período recente impõem novos desafios ao poder público e a outros atores relevantes, enquanto a questão do desemprego e/ou subemprego ganha maior visibilidade quando se exaurem as condições de absorção da economia de subsistência. Ademais, a concentração da população em poucos centros urbanos provoca pressões acentuadas sobre os serviços básicos de educação, saúde e saneamento e sobre a oferta de bens públicos. O

despreparo funcional da mão-de-obra egressa do campo dificulta sua absorção, gerando exclusão social de expressiva parcela dos imigrantes e aumentando o compromisso das esferas governamentais no equacionamento do problema.

## FORÇA DE TRABALHO

No Ceará, a População Economicamente Ativa (PEA) é de 3,2 milhões de pessoas, das quais cerca de 1 milhão não são alfabetizados (dados de 1997). O efeito combinado da incapacidade da economia de absorver o contingente da força de trabalho e da sua baixa qualificação reflete-se num alto grau de informalidade no mercado de trabalho cearense. Apenas 38,9% da população empregada possui carteira assinada, e 29,4% são trabalhadores autônomos. Este fato, aliado ao percentual pouco expressivo de desempregados, sugere que os trabalhadores desligados de suas atividades profissionais preferem aceitar ocupações de baixa qualidade, garantindo, deste modo, algum ganho, a permanecerem desempregados. Em Fortaleza, no período de 1987-97, a ocupação informal absorveu em média de 52% da população ocupada.

Apesar da baixa produtividade, o setor agrícola continua a desempenhar um relevante papel na ocupação da mão-de-obra, absorvendo 37% da população ocupada com 10 anos ou mais.

O emprego industrial no Ceará (indústria de transformação, construção civil, extrativa mineral e serviços industriais de utilidade pública), a despeito do forte crescimento do produto setorial verificado no período de 1987-97, reproduziu tendência ocorrida em todo o Brasil de redução de sua importância relativa, ao passar de 25,9% da população ocupada, em 1987, para apenas 15,2% em 1997. A explicação para esse ponto reside no intenso processo de disseminação de novas tecnologias que implicam transformações radicais na estrutura da produção, na organização dos mercados, nas condições do processo de trabalho (terceirização de mão-de-obra) e nas formas de gestão das empresas. A política de atração de investimentos industriais, que nos últimos quatro anos foi responsável pela implantação de 208 novas empresas industriais no Estado, atuou como fator anticíclico na redução do emprego industrial ao criar 43.043 novos postos de trabalho diretos em vários municípios cearenses.

## Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade Ocupadas Segundo Setores de Atividades Econômicas, 1987-97

Setores de Atividade	1987		1993		1995		1997	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
1. Agropecuária	692.635	30,1	1.019.799	36,3	1.170.780	38,5	1.106.812	36,8
2. Indústria	595.757	25,9	550.562	19,6	484.349	15,9	457.978	15,2
3. Serviços	1.013.156	44,0	1.240.919	44,1	1.352.240	45,6	1.440.419	48,0
Total	2.301.548	100,0	2.811.280	100,0	3.039.911	100,0	3.005.209	100,0

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

## II.2. Evolução do Perfil Econômico

No período de 1995-98, o Ceará, com uma taxa média anual de 3,5% de crescimento do PIB, vem experimentando desempenho econômico em ritmo mais intenso do que o Brasil e o Nordeste, que registraram aumentos de 2,4% e 2,7% a.a., respectivamente. Como consequência, o Estado ampliou sua parcela relativa na geração do produto regional e nacional reduzindo também a disparidade de renda entre o Estado e as áreas mais ricas do país. Dados oficiais de 1998 revelam que o PIB do Ceará atingiu a marca de R\$ 20,8 bilhões (a preços de 1998), 56% acima do valor inferido para 1985. Por seu turno, o PIB por habitante passou de R\$ 2.315, em 1985, para R\$ 2.975, em 1998, acarretando uma taxa média de crescimento de 1,9% ao ano e alcançando renda média por habitante igual a 53% da média brasileira, comparativamente a apenas 46%, em 1986.

Produto Interno Bruto (PIB) a Custo de Fatores - Brasil, Nordeste e Ceará - 1985, 1990, 1995 e 1998

Discriminação	PIB ( R\$ Milhões*)				Variação (%)			
					Acumulada		Média Anual	
	1985	1990	1995	1998	1985/98	1990/98	1985/98	1990/98
1. Brasil	662.018	726.734	845.230	901.872	+36,23	+24,09	+2,40	+1,59
2. Nordeste	102.671	114.264	129.618	144.900	+41,13	+26,81	+2,68	+1,84
3. Ceará	13.317	15.691	18.720	20.808	+56,25	+32,61	+3,49	+2,19
Participação %							-	-
(3)/(2)	12,97	13,73	14,42	14,36	+10,72	+4,59	-	-
(3)/(1)	2,01	2,16	2,21	2,30	+14,42	+6,48	-	-

Fontes: Brasil (IBGE/DECNA), PIB a preços de mercado; Nordeste (SUDENE/DPO); Ceará (IPLANCE/DEAC).

(\*) A preços constantes de 1998.

O setor industrial, com uma taxa média de crescimento de 3,6% ao ano, correspondendo cumulativamente a 58% no período de 1995-98, revelou-se como o segundo mais dinâmico entre os demais setores, enquanto o subsetor da construção civil, fortemente demandado por obras do setor público, com a expressiva participação

de 19% na composição setorial do PIB, experimentou crescimento cumulativo de 82% contribuindo sobremaneira para o bom desempenho do setor industrial.

Considerando-se os 21 ramos industriais, os segmentos de metalurgia, borracha, material elétrico e comunicação, papel e papelão se posicionaram na liderança entre os demais, com crescimento médio anual entre 11% e 14%, embora tais ramos sejam pouco representativos no valor da transformação industrial. Os segmentos têxtil, madeira, transporte e gráfica tiveram crescimento médio anual de 7,5%. Um ramo importante (produtos alimentícios) manteve-se praticamente estagnado e sete outros registraram declínio no período de 1985-98, a saber: couros e peles, vestuário e calçados, mecânica, mobiliário, produtos farmacêuticos, perfumaria, sabões, velas e bebidas. No caso do ramo de confecções e calçados, vale destacar que o bom desempenho do sub-ramo calçados não foi suficiente para compensar a retração do sub-ramo de confecções.

Quanto ao crescimento do Valor da Transformação Industrial, cabe mencionar que esse desempenho deveu-se não apenas à expansão do atual parque industrial cearense, mas também à entrada em operação de 208 novos projetos industriais (de um total de 458 atraídos) instalados no período de 1995-98, perfazendo investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão. A permanecer a tendência, o dinamismo industrial deverá ser ainda maior nos próximos anos com a entrada em operação das 67 novas unidades industriais já em fase de implantação, além das 183 em fase de projeto e das empresas que se instalarão em torno de dois megaempreendimentos: Companhia Siderúrgica do Ceará (CSC) e Refinaria (de petróleo) do Nordeste (RENOR), ambas a serem brevemente implantadas no Complexo Industrial-Portuário do Pecém.

O setor mais dinâmico no período de 1985-98 foi o terciário, que cresceu 60,9% (3,7% ao ano), sob o impulso do comércio, dos serviços de comunicação, do turismo e da prestação de serviços. Os dados oficiais registraram forte dinamismo no valor agregado do segmento de alojamento e alimentação, que cresceu a uma taxa média anual de 6,6% no período de 1985-98. Esse desempenho, aliado ao crescimento de outros segmentos que compõem os serviços de apoio ao turismo, casas de diversões e serviços auxiliares (agências de viagem, transporte aéreo, produção e promoção de espetáculos artísticos), aponta uma expansão do setor ainda maior.

A expansão do emprego no turismo vem sendo acompanhada pelo aumento da ocupação em segmentos informais do mercado de trabalho, principalmente dos trabalhadores autônomos. No entanto o crescimento do setor informal vem-se dando não apenas nas tradicionais ocupações de baixa produtividade, mas também no surgimento de atividades informais de elevada produtividade e rendimento. As políticas de estímulo ao setor já elevaram para mais de 31 mil os estabelecimentos turísticos, ocupando atualmente 353 mil pessoas, o que representa 11% da população economicamente ativa do Ceará.

Por seu turno, a agropecuária, que continuou a perder posição na formação do PIB, chegando a cair para 4% em 1998, por causa da estiagem, é, ainda, o maior absorvedor ou mantenedor de mão-de-obra, respondendo por 36,8% da população

ocupada em 1997, comparativamente a 30% em 1987. A superação desse quadro será factível, a médio prazo, com a maturação dos investimentos de infra-estrutura de ofertas hídricas, ora em execução, a incorporação de novas tecnologias em cultivos tradicionais, a instauração de uma agricultura irrigada de alto valor agregado e a multiplicação de oportunidades de emprego em atividades não-agrícolas nas áreas rurais e urbanas.

#### A INSERÇÃO INTERNACIONAL

O Ceará possui uma economia ainda fortemente voltada para o comércio nacional e pouco integrada às relações econômicas com o exterior. De fato, em 1998, dos R\$ 6,082 bilhões de saídas (vendas) registradas de mercadorias do Estado, 91,6% das transações deveram-se ao intercâmbio com os demais Estados do Brasil, restando menos de 9% ao comércio internacional. No que se refere às transações de compras (entrada de mercadorias, no valor total de R\$ 8,947 bilhões), no mesmo período, 87,25% do total se referiram a importações provenientes de outros Estados, cabendo apenas 12,75% ao exterior. A partir de 1993, porém, com a liberalização comercial do país, o Ceará reverteu seu padrão histórico de superávits comerciais com o exterior, registrando déficit que vem-se ampliando em virtude do forte aumento nas importações, estimuladas pela política cambial nitidamente favorável às compras no exterior, cujo patamar supera hoje US\$ 600 milhões.

#### Intercâmbio Comercial do Ceará com o Brasil e o Exterior, 1990-1998

Discriminação	1990		1995		1998	
	R\$	Part. %	R\$	Part. %	R\$	Part. %
1. Interc. Interestadual	5.218.923	90,39	11.583.563	90,95	13.376.685	89,00
1.1. Exportação	1.891.214	83,58	4.574.766	91,92	5.570.908	91,59
1.2. Importação	3.327.710	94,78	7.008.797	90,33	7.805.777	87,24
Saldo (1.1)-(1.2)	-1.436.496	115,08	-2.434.030	87,49	-2.234.869	78,01
2. Interc. Internacional	554.573	9,60	1.152.187	9,04	1.652.645	11,00
2.1. Exportação	371.411	16,41	402.135	8,02	511.336	8,41
2.2. Importação	183.162	5,21	750.052	9,66	1.141.309	12,76
Saldo (2.1)-(2.2)	188.250	15,08	-347.917	12,50	-629.973	21,99
3. Interc. Global	5.773.497	100,00	12.735.750	100,00	15.029.330	100,00
3.1. Exportação	2.262.625	100,00	4.976.901	100,00	6.082.244	100,00
3.2. Importação	3.510.872	100,00	7.758.848	100,00	8.947.086	100,00
Saldo (3.1)-(3.2)	-1.248.246	100,00	-2.781.947	100,00	-2.864.842	100,00

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ)

(\*) Valores a preços constantes médios de 1998, inflacionados pelo IGP-DI/FGV

Dentre os principais mercados de destino das exportações cearenses, os EUA permanecem na liderança, tendo absorvido, em 1998, 52% das vendas externas cearenses. Seguem-se os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com 17,84% das exportações, e os países da União Européia, absorvendo 12% das exportações. Quanto às importações, o MERCOSUL desponta na liderança com 32,5%, seguido da União Européia com 15,3%, e dos EUA, com 12% do total das compras externas. A complementaridade entre a economia nordestina e o MERCOSUL explica em grande medida esse intenso dinamismo no intercâmbio bilateral do Ceará com os demais países do bloco.

O grau de abertura do Ceará ao exterior ainda é modesto, porém as perspectivas atuais da economia cearense apontam para uma reversão importante na tendência secular de seu isolamento em relação ao resto do mundo. Os resultados já alcançados são positivos, mas ainda insuficientes para garantir a integração competitiva do Estado nos espaços abertos pelos grandes blocos regionais e nos novos mercados emergentes. Por isso, esforços adicionais de mobilização do setor privado devem ser acionados para aumentar a competitividade dos produtos cearenses nos mercados externos.

### II.3. Avanços na Qualidade de Vida

O crescimento econômico verificado e a ampliação do acesso da população aos serviços públicos essenciais conferiram avanços em indicadores sociais através dos quais se pode inferir melhoria da qualidade de vida da população estadual.

Cumprido salientar que em economias altamente monetizadas, em que o atendimento às necessidades de consumo pessoal e das famílias está fortemente associado à renda, esse indicador passa a influenciar de forma preponderante a análise do nível de bem-estar da população.

No entanto, diversos estudos sobre pobreza recomendam uma análise que associe as variáveis nível e distribuição de renda com o acesso a serviços públicos, a fim de inferir as reais condições de vida da população pobre.

#### NÍVEL DE RENDA E POBREZA

A análise da evolução das condições de vida a partir da variável rendimento requer o estabelecimento de um parâmetro de renda familiar *per capita* abaixo do qual os indivíduos são considerados pobres, ou seja, a linha de pobreza.

Há uma questão conceitual relativa à definição da chamada "linha de pobreza". Estudos diversos sobre o assunto não levam a uma posição de consenso. Segundo o IPEA, por exemplo, pesquisadores chegam a usar valores diferentes que variam de R\$ 16,64 a R\$ 43,89, enquanto o Banco Mundial usa o valor fixo de R\$ 65,00 para o Brasil.

Levando em conta este parâmetro, Estudo macroeconômico realizado por essa instituição identificou uma proporção de 49% dos cearenses abaixo da linha de pobreza. No entanto, estudo da pesquisadora do IPEA, Sônia Rocha (1998), estima as linhas de pobreza com base no consumo alimentar da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), (IBGE) no período de 1985-96. No último ano, em valores correntes, a linha de pobreza é de R\$ 26,46 para Fortaleza, de R\$ 25,00 para o urbano e de R\$ 21,72 para o rural.

Considerando-se como indicador de pobreza a relação entre o número de pessoas cuja renda familiar *per capita* é inferior à linha de pobreza e o total da população, observa-se que a proporção de pobres no Ceará reduziu-se de 45,2% em 1985 para 22,0% em 1996. Fortaleza apresenta uma situação mais favorável (11% em 1996), ao contrário da área rural, que mais tem contribuído com o contingente de população pobre no Estado, fato que se confirma para a região Nordeste e para o Brasil.

Proporção e Número de Pobres do Ceará, Segundo Estratos para os Anos Selecionados

Regiões e Estratos	1985		1990		1993		1995		1996	
	Prop. (%)	Nº								
Ceará	45,2	2.595	36,5	2.274	32,1	2.002	21,3	1.404	22,0	1.479
Fortaleza	25,1	474	23,1	516	16,2	383	11,0	276	11,1	282
Urbano	43,1	548	35,1	649	30,5	535	18,2	330	18,8	348
Rural	60,9	1.573	51,5	1.109	51,0	1.084	35,0	797	36,5	849

Fontes: IBGE/PNAD 1985, 1990, 1993, 1995 e 1996 (Tabulações especiais).

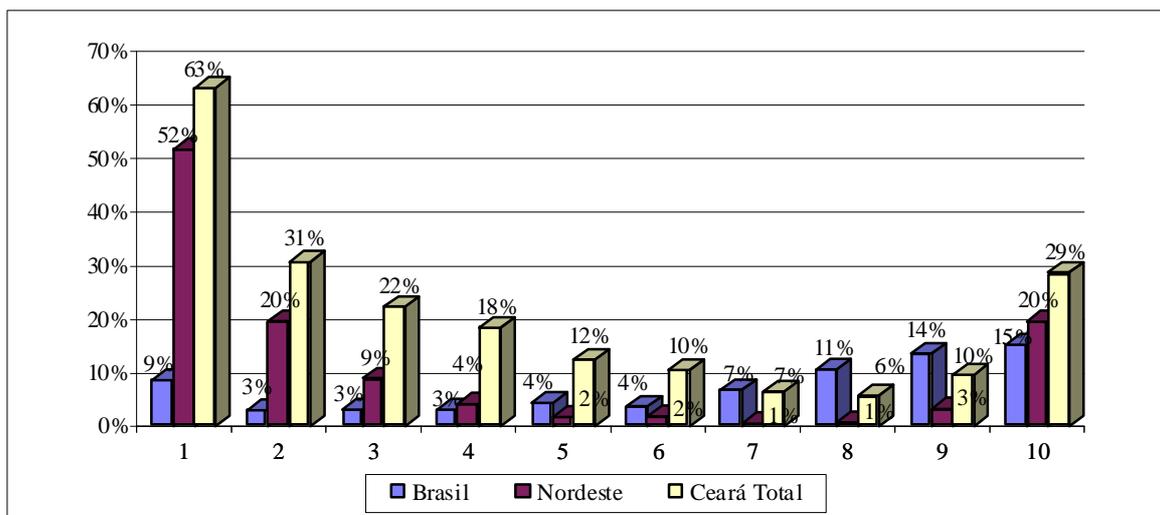
Nota: Indicadores obtidos com base nos valores de cestas alimentares derivadas da POF 1987-88 (IBGE).

Por essa evidência pode-se inferir que existe forte correlação entre pobreza e ruralização em decorrência do número ainda expressivo de população dependente da atividade de subsistência.

Analisando sinteticamente o comportamento da incidência de pobreza, constata-se que as melhorias ocorridas entre 1985 e 1990 deveram-se à redução da proporção de pobres nos estratos urbano e rural, observando-se entre 1990 e 1993 sensíveis mudanças no indicador em Fortaleza.

Tomando-se ainda o parâmetro renda familiar sob outro foco de análise, ou seja, o incremento ocorrido nessa renda no período de 1992-96, verifica-se melhoria significativa nos segmentos populacionais de renda mais baixa .

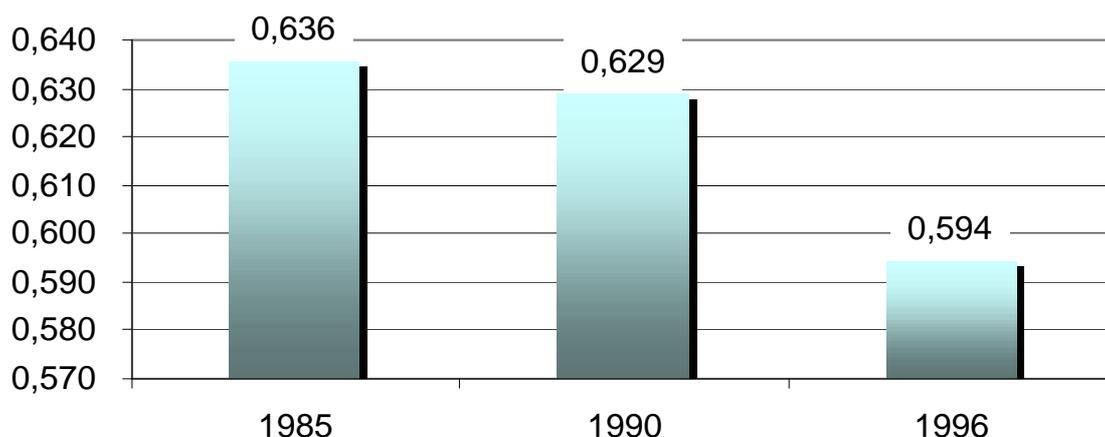
## Taxa de Crescimento da Renda Domiciliar *Per Capita* por Décimos de População - 1992-1996



Fonte: IBGE (PNAD e SUDENE).

No período de 1992-96, considerando-se a evolução da renda domiciliar *per capita* por décimos de população, percebe-se que os segmentos iniciais mais pobres experimentaram elevação de 63% e 31% respectivamente em suas rendas no Ceará, enquanto a renda dos mais ricos cresceu 29%.

## Evolução do Índice de GINI - Ceará



Fonte: Rocha (1998), tabulações especiais da PNAD.

Concorreram decisivamente para esse comportamento as medidas de estabilização da economia advindas com o Plano Real, que conferiram ganhos no poder aquisitivo de todas as classes sociais, notadamente dos mais pobres.

Esse comportamento, indicador de redução na concentração de renda no Estado, confirma-se pela melhoria do Índice de Gini, que mede a desigualdade entre os estratos da população, variando de 0 (sem desigualdade) a 1 (desigualdade máxima)

e reduziu-se de 0,636 em 1985 para 0,629 em 1990, experimentando uma queda ainda maior em 1996.

#### ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS

A melhoria nos níveis de renda da população foi acompanhada por mudanças nos indicadores de bem-estar da população cearense.

A redução nas taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil sintetiza os marcantes avanços alcançados com as políticas de educação e saúde, tanto que a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais reduziu-se de 42,1%, em 1987, para 31,5% em 1998, enquanto a taxa de mortalidade infantil caiu de 137/1000 nascidos vivos para 39,6/1000 nascidos vivos nos mesmos anos.

Em decorrência da prioridade conferida ao saneamento básico, o atendimento do serviço de abastecimento d'água ampliou-se, atingindo uma cobertura de 84,5% da população urbana em 1997. Como reflexo das melhorias de conforto das habitações, a proporção de domicílios com canalização interna, que era 31,5%, em 1997, passou a 53% em 1997.

Quanto ao esgotamento sanitário, de especial importância em áreas urbanas densamente ocupadas, por causa dos impactos diretos sobre a saúde e a qualidade do meio ambiente, a cobertura experimentou avanço substancial em Fortaleza, especialmente com o Projeto SANEAR, que conferiu uma ampliação da cobertura de 18% da população, em 1992, para 60% em 1998.

No que concerne ao acesso à eletricidade, o Ceará, com uma ampliação continuada, conseguiu elevar o baixo nível de cobertura, de 53,1% da população, em 1987, para 78,5% em 1997, resultando praticamente na universalização do atendimento em Fortaleza: 98% da população, em 1996. Os déficits mais críticos de energia elétrica referem-se à área rural, onde o governo vem direcionando as ações do Projeto São José com vistas a suprir essa carência de infra-estrutura nas comunidades beneficiadas. Isso sem falor nos estudos e projetos para adoção de soluções através de fontes não-convencionais, como energia solar, para as localidades mais distantes da rede convencional de energia elétrica.

Cabe ressaltar que, em Estados como o Ceará, ainda com razoável incidência de pobreza e indicadores sociais que estão a requerer fortes inversões, a renda não deve ser a única variável relevante para se avaliar a evolução nas condições de vida. Com políticas sociais bem-sucedidas, embora de baixo custo e de simples implementação, o Estado logrou reverter a situação dos principais indicadores sociais. A redução da morbidade e mortalidade materno-infantil, para a qual foi decisiva o Programa Agentes de Saúde, é o resultado mais evidente de que a melhoria das condições sociais não depende apenas e necessariamente da renda. Como provedor de serviços públicos, o Estado cumpriu papel fundamental na melhoria da qualidade de vida da população.

### Evolução de Alguns Indicadores Sociais Selecionados

Indicadores	1987	1997
Taxa de mortalidade infantil (nº de óbitos/1.000 nascidos vivos)	137,0 <sup>(1)</sup>	40,0 <sup>(2)</sup>
População com rendimento mensal inferior a 1 salário mínimo	33,5 <sup>(3)</sup>	19,2
Taxa de analfabetismo (% de pessoas de 15 anos ou mais)	42,1	31,5
Taxa de escolarização (% de crianças entre 7 e 14 anos)	56,4	97,2
Domicílios com água encanada (%)	31,5	53,0
Domicílios com luz elétrica (%)	53,1 <sup>(3)</sup>	78,5
Domicílios atendidos com coleta de lixo (%)		

Fontes: IBGE/PNAD, SEDUC e SESA.

### O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A visão integrada e sintética do desenvolvimento ocorrido no Ceará, sob a ótica social, pode ser dada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que cruza variáveis mensuradoras da renda, da educação e da expectativa de vida.

#### Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Região/Estado	1970	1980	1991	1995	1996
Ceará	0,275	0,477	0,537	0,576	0,590
Nordeste	0,299	0,483	0,557	0,596	0,608
Brasil	0,494	0,734	0,787	0,814	0,830

Fontes: PNUD / IPEA / Fund. João Pinheiro / IBGE.

### II.4. Equilíbrio das Finanças Públicas

Utilizado para avaliar mudanças gerais na qualidade de vida da população, esse índice evoluiu de 0,275 em 1970 para 0,590 em 1996, acompanhando o comportamento ascendente verificado para o índice no Brasil.

Os ajustes fiscal-financeiros promovidos no Estado do Ceará possibilitaram gerar poupança em conta corrente que permitiu a realização de investimentos na recuperação e implantação de infra-estrutura, seja de maneira independente ou em parceria com os órgãos federais e/ou instituições financeiras multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial.

O esforço fiscal desenvolvido, aliado ao processo de reformas administrativo-financeiras, a partir de 1987, produziu a elevação da receita e a redução das despesas, promovendo a obtenção de resultados orçamentários superavitários entre 1991 e 1994.

Com o fim das altas taxas de inflação proporcionado pela adoção do plano de ajuste econômico de 1994 (Plano Real), as finanças públicas dos estados foram significativamente afetadas, enquanto as receitas financeiras decorrentes

#### Receitas Financeiras

Ano	Valor (R\$)	Crescimento
1991	232.904.212,05	-
1992	216.200.843,58	-7,2
1993	229.475.823,24	6,1
1994	349.899.691,04	52,5
1995	70.857.571,76	-79,7
1996	20.316.127,98	-71,3
1997	17.101.484,38	-15,8

Fonte: SEFAZ  
Valores a preços de dez/98

da aplicação de recursos referentes a despesas postergadas foram eliminadas. O Estado do Ceará, apesar de todo o esforço anterior, também foi afetado por essas mudanças econômicas, tanto que as receitas financeiras que haviam atingido o valor de R\$ 349,9 milhões, em 1994, caíram para somente R\$ 17,1 milhões em 1997, representando uma queda de 95 % dessa receita nesse período.

Consciente da necessidade de elevar a base econômica para promover o desenvolvimento sustentado e garantir suporte à elevação futura da receita, o Estado manteve seu programa de investimentos, mesmo com a redução drástica da receita financeira. Este fato gerou déficits orçamentários no período de 1995 a 1997<sup>(1)</sup> e déficits primários de R\$ 168 milhões, em 1997, e de R\$ 494 milhões em 1998.

Por outro lado, as turbulências internacionais dos últimos anos provocadas pelas crises das economias asiáticas emergentes e da Rússia geraram graves dificuldades para a economia nacional, cujas necessidades de ajuste exigiram um compartilhamento de esforços entre o governo federal e governos estaduais.

Em 1997, o Estado aderiu ao plano de ajuste fiscal do governo federal, eescalando a dívida com a União e fixando uma série de metas de ajustes com vistas equilibrar suas finanças públicas e contribuir para o equilíbrio macroeconômico do país a curto prazo.

<sup>(1)</sup> Em 1998 foi obtido um superávit de R\$ 751 milhões, em decorrência da venda da COELCE.

Visando a esses ajustes, o governo do Estado vem adotando uma série de medidas para elevar a receita pública, destacando-se:

- Adoção de uma metodologia de planejamento organizacional, com base no Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD), o qual privilegia o alcance de metas com foco no resultado.
- Investimentos em tecnologia de informação para estruturação de uma grande rede estadual integrando todos os órgãos de atendimento da SEFAZ ao seu centro de processamento de dados, cuja capacidade de processamento foi aumentada.
- Início do desenvolvimento do Sistema Integrado de Simplificação das Informações Fiscais para desburocratização da tramitação de documentos e melhoramento do controle e das informações para monitoramento e auditoria fiscal.
- Implantação do Programa de Educação Tributária para 316.108 alunos do telensino, o qual tem como objetivos a conscientização de que o pagamento de tributos é um dos principais deveres do cidadão e o esclarecimento sobre o papel do Estado na arrecadação e aplicação dos tributos.
- Intensificação do programa de treinamento para o pessoal da SEFAZ.
- Intensificação das ações de monitoramento fiscal das empresas.
- Intensificação do processo de cobrança da dívida pública.

Paralelamente, foram tomadas medidas para reduzir os gastos públicos. Além de racionalizar mais as despesas de custeio, atenção especial foi dada às despesas com pessoal, pelo fato desse item consumir mais da metade da receita líquida corrente. Com esse intuito, as recentes Mensagens aprovadas pela Assembléia Legislativa deverão resultar na diminuição do crescimento vegetativo da folha e no comprometimento com a pensão dos inativos.

#### Evolução da Receita de ICMS

Ano	Valor (R\$)	Índice (Base 1994)
1991	971.527.927,31	98,1
1992	966.184.980,28	97,6
1993	845.038.683,51	85,3
1994	990.254.228,69	100,0
1995	1.191.982.495,69	120,4
1996	1.333.836.599,20	134,7
1997	1.299.396.628,94	131,2
1998	1.403.257.370,69	141,7

Fonte: SEFAZ  
Valores a preços de dez/98

Tais esforços já apresentam alguns resultados positivos. Na área fiscal, a elevação da receita de ICMS, entre 1994 e 1998, foi de 41,7%, o que corresponde a uma taxa média anual de 9,10%.

#### Evolução da Receita de ICMS

Ano	% Sobre a Receita Líquida Corrente
1995	64,68
1996	58,43
1997	61,55
1998	57,41

Fonte: SEFAZ

Atualmente os gastos de pessoal na administração pública cearense consomem menos de 60% das despesas correntes líquidas (comparativamente a mais de 80% em estados mais ricos do Centro-Sul). O pagamento de aposentadorias e pensões representa somente 18% dos gastos de pessoal (contra até 40% em estados mais desenvolvidos do país).

Com essas medidas, a perspectiva é de eliminação do déficit primário entre 2000 e 2001, reequilibrando as finanças estaduais sem abrir mão de investimentos importantes.

Ressalta-se, ainda, que esses resultados são facilitados pelo perfil da dívida pública do Estado, a qual é de longo prazo e a custos reduzidos, equivalente à arrecadação anual, apresentando-se abaixo dos padrões brasileiros. No período de 1995-98, a poupança em conta corrente permitiu alavancar investimentos anuais de R\$ 263,5 milhões, aplicados na execução dos programas estruturantes previstos no Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, como se pode observar, o Estado do Ceará, graças a esses esforços de ajustes, mantém suas finanças sob controle enquanto os déficits gerados estão diretamente relacionados com um programa de investimentos arrojados voltados para definição de uma infra-estrutura indispensável à elevação de sua base econômica.

### III. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Para projetar a trajetória do PIB cearense no horizonte de planejamento desejado adotou-se o Modelo de Impacto baseado na Matriz de Insumo-Produto, o qual consegue captar com maior precisão as relações estruturais inter-setoriais, minimizando os erros cometidos na projeção de comportamento de variáveis de demanda final da economia local. Esse instrumento metodológico evita o risco de tomar como parâmetro tendências de corte nacional ou mesmo de outras áreas do país que não refletem a realidade da base econômica estadual.

Para proceder às simulações do modelo foram formulados três cenários, um otimista, um moderado e um pessimista. Os cenários trabalham com um conjunto de hipóteses para treze subsetores econômicos, dos quais dois da agropecuária (lavouras e produção animal), seis da indústria (metalurgia, têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentícios, química e construção civil) e cinco do setor terciário (comércio, alimentação fora do domicílio e alojamento-proxy do turismo, comunicações, administração pública e outros serviços). O produto (valor adicionado) desses subsetores representou 65% do PIB total em 1998.

A escolha desses subsetores deveu-se não apenas ao peso relativo de alguns deles na formação do produto mas também ao elevado potencial estratégico que lhes vem sendo atribuído pela política estadual de desenvolvimento, a exemplo dos subsetores: i) metalúrgico (Projeto da Siderúrgica); ii) químico (Projeto da Refinaria); iii) turismo (Projeto *Clusters* de Turismo); e do próprio setor agropecuário. As hipóteses de evolução de cada um desses subsetores ao longo do período de 1999-2003 consideraram tanto as informações qualitativas de andamento dos projetos específicos no Estado como as previsões setoriais de âmbito nacional e macroeconômicas publicadas pelo IPEA e pela Fundação Getúlio Vargas.

O cenário otimista prevê que a economia brasileira conseguirá se recuperar ao longo de 1999, atenuando as dificuldades impostas pelo ajuste fiscal, com efeitos positivos sobre a economia estadual. A outra premissa é que o panorama internacional se estabilizará e que serão restabelecidos os fluxos de financiamento para economias emergentes como o Brasil.

### Cenários de Crescimento para o PIB do Ceará

Anos	Cenário Pessimista		Cenário Moderado		Cenário Otimista	
	Valor	Tx. Cresc.	Valor	Tx. Cresc.	Valor	Tx. Cresc.
1998	20.808	-	20.808	-	20.808	-
1999	21.088	1,34	21.223	1,99	21.540	3,52
2000	21.460	1,77	22.040	3,85	22.922	6,42
2001	22.195	3,43	23.078	4,71	24.637	7,48
2002	23.012	3,68	24.562	6,43	26.727	8,48
2003	24.021	4,39	26.085	6,20	28.509	6,67
Média Anual	-	2,90	-	4,62	-	6,50

Fonte: IPLANCE.

Os outros dois cenários foram formulados considerando a continuidade e o agravamento da crise financeira internacional em que turbulências nos mercados emergentes afetarão a recuperação da economia brasileira, podendo implicar a fuga de capitais, a oscilação do câmbio e a volta da pressão inflacionária.

Para a projeção do PIB e do cenário fiscal no período de 2000-2003, que indicará a disponibilidade dos recursos orçamentários para execução do PPA, optou-se pela concretização de um cenário otimista considerando-se que a maturação dos projetos estruturantes e o resultado dos investimentos no programa de atração industrial contribuirão, decisivamente, para acelerar o crescimento da base econômica nos próximos quatro anos.

Neste cenário, a economia cearense deverá crescer 3,52% em 1999, dobrando essa taxa no ano seguinte e registrando uma taxa média de crescimento em torno de 6,5%, no período de 1999-2003. Em termos setoriais, essa elevada taxa de crescimento do PIB será maior na agropecuária, o que mostra coerência pelo esforço do governo de reativar a economia rural e reduzir a vulnerabilidade do setor às oscilações climáticas do semi-árido. Isso pressupõe não apenas a implementação dos novos projetos de agricultura irrigada, sob o modelo empresarial, com introdução de uma área de cerca de 50 mil hectares, pela incorporação de novas tecnologias nas lavouras tradicionais, notadamente o milho, caju e algodão de sequeiro, como também a maturação dos investimentos em recursos hídricos, possibilitando a médio prazo incremento substancial na economia da pesca continental do Estado do Ceará.

A indústria crescerá a uma taxa média de 7,74% no período, consolidando dessa forma sua posição como o setor mais dinâmico da economia cearense. Para este desempenho contribuirão, sobretudo, os desempenhos dos subsetores metalúrgico, químico, vestuário e calçados e têxtil a partir da entrada em operação da Companhia Siderúrgica do Ceará e da Refinaria do Nordeste (RENOR) no Complexo do Pecém, além do aumento substancial das exportações de calçados, confecções, produtos têxteis e agroindustriais. A construção civil terá também importante peso no incremento do valor agregado industrial pelos fortes vínculos intersetoriais que reflete na cadeia produtiva, enquanto a agroindústria, em particular a indústria alimentícia, deverá assumir um papel de crescente importância com a revitalização da agricultura e a

modernização da pecuária. Atingindo esse patamar a agroindústria registrará taxas de crescimento de quase 7% ao longo do período de 1999-2003, proporcionando geração de mais empregos e renda nas áreas rurais.

O setor terciário crescerá a um ritmo menor do que os dois outros setores, mas ainda assim a uma taxa de 5,54% no período considerado, sendo muito influenciado pelo crescimento do turismo, não apenas dos segmentos tradicionais de alimentação fora do domicílio e alojamento, mas dos serviços de apoio como transportes, comunicações, entretenimento e equipamentos culturais. O comércio se constituirá também numa alavanca para o desenvolvimento dos serviços pelo seu elevado peso no setor terciário (15% em 1998) e pelo grande potencial de modernização e diversificação dos segmentos varejistas. O subsetor de comunicações, após superados os ajustes impostos pelo processo de privatização – que limitaram o seu ritmo de crescimento em 1998 e provavelmente em 1999 – deverá retomar o dinamismo, passando a crescer a dois dígitos de porcentagem a partir do ano 2000, firmando sua posição como instrumento essencial na nova sociedade do conhecimento e da informação instantânea.

Para viabilizar essa trajetória de crescimento, o investimento total da economia cearense deverá se expandir a uma taxa média anual da ordem de 3,66%, assinalando um aumento absoluto de R\$ 619 milhões, entre 1999 e 2003.

Quanto à projeção da renda *per capita*, este cenário prevê um crescimento de 5,08% ao ano, atingindo o patamar de R\$ 3.800 no final do período, representando cerca de 36% acima do nível alcançado em 1998.

No que se refere ao impacto do crescimento sobre o nível de emprego, o cenário otimista prenuncia o número líquido de novos postos de trabalho, que após atingir apenas 17.600 em 1999 assumirá uma trajetória de forte incremento nos anos seguintes, totalizando 153,1 mil empregos no final do período.

Cenários de Crescimento para o PIB do Ceará

Anos	Emprego			Custo Médio do Emprego		
	Otimista	Moderado	Pessimista	Otimista	Moderado	Pessimista
Dez-99	17.600	10.200	8.300	73	125	154
Dez-00	38.000	29.600	23.000	35	44	56
Dez-01	34.000	24.100	20.300	41	56	65
Dez-02	36.400	29.500	21.700	41	48	62
Dez-03	27.100	23.500	17.400	57	62	79
Total	153.100	116.900	90.700	50	67	83

Fonte: IPLANCE.

#### IV. OPÇÕES ESTRATÉGICAS E LINHAS DE AÇÃO

As diretrizes que deverão orientar a definição das ações governamentais para o período de 2000-2003 fundamentam-se na visão prospectiva do planejamento estratégico para o horizonte do ano 2020, iniciada com o Plano de Desenvolvimento Sustentável – 1995-98.

Estudo macroeconômico realizado pelo Banco Mundial evidencia o Ceará como um Estado emergente, com vantagens de bom desempenho econômico, bom governo com reputação *pro-business*, políticas inovadoras e prudência fiscal.

Coadunando-se com recomendações desse organismo internacional, o Ceará continuará a basear o seu crescimento econômico nos seus principais ativos: condições naturais favoráveis para o turismo e agricultura irrigada; governo com reputação de responsabilidade fiscal e administração eficaz; e localização estratégica quanto aos mercados da Europa e América do Norte, juntamente com uma infraestrutura do setor de transportes, cuja melhoria vem-se dando numa visão logisticamente estruturada. Ao mesmo tempo, há entraves ao desenvolvimento a serem superados: baixa produtividade e baixos níveis de educação da força de trabalho; grande parcela da população dependente da agricultura pouco desenvolvida do sertão e, em consequência, pobreza ainda elevada.

A continuidade do desempenho decorrerá das políticas voltadas à realização de investimentos estratégicos para o crescimento econômico de base ampla, com vistas à geração de trabalho e renda, e investimento em capital humano e físico. São essas políticas que darão seguimento aos resultados alcançados pelo Estado.

A conjugação do crescimento econômico com políticas distributivas enfatiza, portanto, a prioridade aos investimentos em educação como política potencial de elevação da renda. A educação para a cidadania e para o trabalho é imperativo no atual estágio de desenvolvimento estadual.

As políticas de crescimento econômico se pautarão no estímulo às atividades produtivas e no desenvolvimento de setores promissores no Estado, como indústria, agricultura irrigada, agroindústria, turismo, infra-estrutura econômica e tecnológica. As políticas distributivas, por sua vez, terão como suporte a educação, a qualificação profissional, o apoio aos pequenos negócios e as ações compensatórias para os segmentos sociais marginalizados da economia de mercado.

As diretrizes estratégicas dos setores econômicos e de infra-estrutura obedecem a uma lógica intersetorial, que integra a oferta hídrica com o solo agricultável, a urbanização, o crescimento industrial e o turismo. Prevê também a integração das atividades econômicas potencializando o desenvolvimento da agroindústria e a verticalização do parque industrial, com a consolidação, a médio e longo prazos, dos complexos industriais metal-mecânico e petroquímico.

Numa visão holística, o planejamento, a intersetorialidade e descentralização das ações e a gestão compartilhada dos programas constituirão o enfoque estruturador das políticas sociais.

O reordenamento do espaço, preconizado no primeiro Plano de Desenvolvimento Sustentável, que já se delinea com a implementação dos projetos estruturantes de infra-estrutura, sobretudo hídrica, de desenvolvimento econômico e de ações integradas de desenvolvimento urbano, terá estratégias definidas na direção do alcance de um desenvolvimento espacial mais equilibrado.

O planejamento estadual desta gestão administrativa potencializará, portanto, o desenvolvimento regional a partir de novos paradigmas. Os investimentos de execução direta ou induzidos pelo governo terão como critério a promoção de aptidões regionais e a estruturação de eixos econômicos no Estado, fundamentando-se na visão de “núcleos integrados de competitividade”, baseando-se na moderna concepção de *clusters*, buscando-se, assim, a consolidação de pólos integrados de desenvolvimento.

Harmonizam-se com essa visão de planejamento a concepção de agropólos para o desenvolvimento da agricultura irrigada, a formação dos *clusters* econômicos em regiões turísticas do Estado e a estruturação de cidades-pólo, com funções de centros urbanos regionais.

O aperfeiçoamento da Gestão se constituirá na estratégia de governo que assegurará o incremento dos níveis gerais de eficiência e eficácia da ação pública, sendo imprescindível para a consolidação do processo de reforma da administração pública o envolvimento dos atores institucionais, sociais e políticos.

A formulação de políticas e diretrizes da administração estadual exigirá a reformulação do aparato institucional público, o aperfeiçoamento dos métodos e processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações públicas, a capacitação dos recursos humanos, a interlocução governo-sociedade, a potencialização das fontes de financiamento e da captação de recursos para o Estado, e a expansão dos canais de acesso ao exercício da cidadania.

De conformidade com o objetivo-síntese de garantir a continuidade do crescimento econômico com maior equidade, as ações do governo nesta gestão serão orientadas por cinco grandes estratégias: capacitar a população para o desenvolvimento; avançar no crescimento econômico; melhorar a qualidade de vida da população; assegurar a oferta permanente de água e o convívio com o semi-árido; aperfeiçoar a gestão pública.

### AVANÇOS E DESAFIOS

Não obstante o esforço já empreendido pelo governo de atender às necessidades educativas da população, o aprimoramento do ensino coloca-se como a grande prioridade que pode fazer a diferença para a redução da pobreza e o crescimento econômico, baseado em atividades de maior valor agregado, notadamente o turismo, a agricultura moderna e o setor de serviços.

Com a implementação do Projeto “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”, tendo a escola como ponto de partida de toda a ação pedagógica, o Ceará promoveu a universalização técnica do acesso ao ensino fundamental com uma cobertura de matrículas de 97% na faixa de 7 a 14 anos e com a redução da taxa de analfabetismo geral para 31,5% e para 22% da população de 15 a 39 anos. Ademais o crescimento da matrícula do ensino médio no Ceará foi de 47% (1995-98), superando os resultados alcançados pelo Nordeste e pelo Brasil, enquanto a instalação de Liceus em cidades-pólo representa avanço na preparação das novas gerações para inserção na modernidade do mercado de trabalho.

As mudanças na gestão educacional permitiram êxitos na mobilização para democratização do acesso à educação, entre os quais se destacam a criação de 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação e a eleição de diretores de escola. A aprovação da Lei da Municipalização do Ensino em 1995, a antecipação do Ceará na implementação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), juntamente com a entrada em vigor da nova Lei Federal de Diretrizes e Bases (LDB), reforçaram a atuação descentralizada e o regime de colaboração do Estado com os municípios, com perspectivas promissoras de melhoria de qualidade do ensino fundamental.

A estruturação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, em que se ressalta a criação dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) (educação profissional básica e técnica), dos Centros de Ensino Tecnológico (CENTECs) (educação profissional e tecnológica) e as Infovias do Desenvolvimento, representou um passo fundamental para o aperfeiçoamento da formação de recursos humanos adequados às exigências do mercado, no desenvolvimento da pesquisa, transferência de tecnologia, produção e difusão cultural.

A ação do governo nas universidades estaduais trouxe, entre outros resultados, a elevação no nível de excelência do corpo docente com a contratação de mais mestres e doutores, o que contribuiu para a formação de um núcleo de excelência acadêmica capaz de interagir com a comunidade.

O atendimento à demanda por educação profissional, tendo como ênfase a economia e o mercado de trabalho foi ampliado com o Plano Estadual de Qualificação (PEQ), gerido pelo Conselho Estadual do Trabalho, que contempla investimentos em educação para o trabalho e para a capacitação gerencial.

Embora o Ceará tenha demonstrado sua capacidade de desenvolver ações eficientes e inovadoras quanto à capacitação da população em seu sentido mais amplo, o crescimento dos setores modernos está a requerer níveis mais altos de educação da força de trabalho cearense. Cerca de 51 % de sua população de 15 anos ou mais são analfabetos funcionais (menos de quatro anos de estudo), persistindo assim, na área do ensino, desafios a superar quanto à qualidade da educação básica.

O insatisfatório desempenho escolar, que ainda apresenta taxas elevadas de evasão (12,3%) e repetência (12,5%), reflete-se na distorção série - idade em todas as séries do ensino básico, para a qual ainda concorre, entre outros fatores, a baixa qualificação dos docentes. O excessivo número de escolas de pequeno porte, por sua vez, resulta na impossibilidade de o sistema oferecer padrões mínimos de funcionamento em todas as suas unidades.

Com relação à educação para o trabalho, tornam-se fatores limitantes a falta de articulação institucional entre os diversos níveis do sistema educacional, a escassez de recursos humanos e financeiros e a baixa escolaridade da população.

#### DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

A forte relação entre as taxas de pobreza e os baixos níveis educacionais da população justifica a escolha do governo estadual pela opção estratégica de educar para que se forme capital humano e para o desenvolvimento de setores econômicos competitivos.

A diretriz estratégica de capacitar a população para o desenvolvimento significa elevar o perfil educacional e o nível de qualificação da população, numa ação intersetorial de Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia, de forma que assegure a inserção do Estado na sociedade do conhecimento. Este objetivo traz implícita a garantia de melhoria da empregabilidade e, em conseqüência, a redução dos desníveis de renda.

Tal estratégia de desenvolvimento requer esforços do governo estadual no intuito de aumentar a eficiência dos gastos em educação e concentrá-los em programas que produzam mais resultados em termos educacionais e, conseqüentemente, de alívio da pobreza e elevação do padrão de desenvolvimento econômico. A política a ser implementada terá como focos: a melhoria na qualidade das escolas e a qualificação de docentes do ensino fundamental, para aumentar as taxas de conclusão e desempenho escolar; a prioridade no ensino básico e a alfabetização de adultos nas áreas rurais; a ampliação e melhoria do ensino médio; e o aprimoramento da articulação estado - municípios.

Política de desenvolvimento econômico e de capacitação da população é avanço necessário para assegurar ao ensino profissionalizante a atualidade requerida pelo contexto de mudanças que vem ocorrendo no Ceará.

O Plano Estratégico de Educação, prioridade desta gestão, privilegia a formação do "Ventre à Universidade", tendo como destaque o "Projeto de Qualificação Básica" que contempla a melhoria da qualidade e eficiência (desempenho profissional dos

professores e desenvolvimento da escola); acesso (educação infantil, educação indígena, jovens e adultos; os 3% da população escolarizável ainda fora da escola); e gestão (fortalecimento da descentralização, acompanhamento e avaliação do sistema educacional e mobilização social).

Para o ensino de segundo grau foi elaborado e aprovado pelo MEC, servindo de modelo aos outros Estados, o Plano de Expansão e Reforma do Ensino Médio (PEMCE), que contará com recursos do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) do governo federal, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

#### LINHAS DE AÇÃO

- Regularizar o fluxo escolar, por meio da expansão das classes de aceleração e da implantação dos ciclos de aprendizagem;
- Redimensionar o currículo do ensino fundamental em sintonia com os parâmetros curriculares nacionais, visando aprimorar o estudo dos conteúdos básicos do ensino fundamental e dos demais conhecimentos indispensáveis ao exercício da cidadania;
- Promover a melhoria na qualidade do sistema escolar por meio da definição de padrões básicos de funcionamento para todas as escolas da rede pública;
- Reduzir o analfabetismo através do aumento do nível de escolaridade e empregabilidade da população jovem e adulta mediante alfabetização contextualizada, certificação de estudos e formas supletivas de atendimento;
- Promover a expansão do atendimento do ensino médio por meio da ampliação da rede física: Liceus do Ceará, reforma curricular, programa de ensino aprendizagem e gestão escolar;
- Estabelecer parcerias entre órgãos governamentais e instituições não-governamentais na busca de melhor utilização da capacidade instalada das escolas públicas;
- Fortalecer os Conselhos Estadual e Municipais do Trabalho no papel e funções que lhes cabem na promoção da política estadual do trabalho;
- Promover a educação profissional tecnológica através da realização de cursos e desenvolvimento dos CENTECs;
- Promover a expansão da educação profissional básica e técnica através da realização de cursos nos CVTs;
- Desenvolver novas metodologias de gestão e ensino e estimular novas demandas ou áreas de investimento em educação profissional, através do financiamento e apoio a projetos nesta área;

- Implantar mecanismos de acompanhamento e avaliação do sistema estadual de educação profissional;
- Implantar as Infovias do Desenvolvimento que se constituem na construção de uma infra-estrutura telemática básica para veiculação e interatividade de cursos a distância em diversas áreas do conhecimento;
- Expandir a rede física de instituições e unidades de educação profissional da rede estadual, como os CVTs, CENTECs, ABCs, NITEs e outros equipamentos educacionais;
- Realizar parceria entre a Secretaria do Ensino Médio do Ministério da Educação (SEMTEC-MEC), a SECITECE e a SEDUC, com a utilização de laboratórios e recursos humanos dos Centros Vocacionais Tecnológicos para a capacitação de professores do ensino médio da rede pública em cursos de Física, Química, Matemática e Biologia;
- Fortalecer as universidades estaduais com vistas a gerar novos conhecimentos aceitáveis em qualquer instituição congênere no mundo, buscando novas alternativas, tanto do ponto de vista curricular, quanto organizacional;
- Expandir o acesso ao ensino superior, com a ampliação da oferta de matrículas de graduação e pós-graduação nas universidades públicas estaduais;
- Ampliar o processo de capacitação dos docentes das universidades públicas estaduais em nível de mestrado e de doutorado, em áreas estratégicas ao desenvolvimento sustentável;
- Recuperar, ampliar e construir instalações físicas, aparelhar laboratórios e bibliotecas universitárias, visando criar condições para que as universidades venham a atingir os padrões requeridos ao desenvolvimento sustentável do Estado.
- Consolidar o sistema estadual de educação profissional através de ações estratégicas que têm como princípio norteador a gestão participativa;
- Promover a Educação Continuada e a Distância com interatividade, através da Rede Estadual de Telecomunicação - as Infovias do Desenvolvimento, levando informação aos mais diversos pontos do Estado, universidades, institutos de pesquisa e unidades de ensino e saúde.

#### IV.2. Opção Estratégica II: Avançar no Crescimento Econômico

##### AVANÇOS E DESAFIOS

Combinando políticas de modernização do Estado, com ênfase na gestão fiscal eficiente; de promoção industrial, através de incentivos fiscais; e de aumento do investimento em recursos hídricos e transportes, o Estado promoveu mudanças significativas nos principais indicadores macroeconômicos, como a taxa de

crescimento e a estrutura setorial do PIB, a renda *per capita* e a ocupação da PEA pelos setores produtivos, conforme já evidenciado.

Consciente da vulnerabilidade do setor primário em face da instabilidade climática do semi-árido cearense e reconhecendo as características intrínsecas de dinamismo do setor industrial, o governo do Estado realizou um bem-sucedido Programa de Atração de Investimentos como alternativa de alavancagem da economia estadual. A ampliação do parque industrial trouxe significativos avanços na diversificação e, em alguns casos, no fechamento de elos complementares das cadeias produtivas de subsectores industriais.

A indústria assumiu papel de destaque pelo crescimento gerado, como vetor de descentralização econômica espacial, gerador de emprego, indutor de qualificação profissional e sobretudo pela ação estruturante de programas que ensejarão a formação de complexos industriais verticalizados a partir de indústrias-âncora como a siderurgia e a refinaria no Complexo Industrial-Portuário do Pecém.

A opção pela agricultura irrigada, sob a ótica do agronegócio, foi a estratégia utilizada pelo governo para modernizar e alavancar o setor primário cearense, baseada sobretudo na vocação estadual para a fruticultura. Com o objetivo de efetivar essa política, foi criada a Secretaria da Agricultura Irrigada, em 1998, tendo como principal papel a centralização das macropolíticas para o setor, porém com processos descentralizados e macrofunções claramente definidas e voltadas para a obtenção de resultados.

Além da formulação da política estadual, planejamento, coordenação e execução das ações, o Estado deu início à estruturação de uma carteira de negócios com foco na viabilização e ampliação de acordos e parcerias a serem firmadas com instituições nacionais e internacionais e voltadas à atração de investidores, sobretudo aqueles vinculados ao agronegócio da fruticultura.

A estratégia de concentrar a aplicação de recursos e esforços do governo, juntamente com a parceria da iniciativa privada, em culturas como o algodão, milho e caju, produziu resultados alentadores. Importantes referenciais com elevados níveis de produtividade e competitividade alcançados por meio dos Programas Hora do Algodão, Milhão e da Cajucultura vêm abrindo perspectivas para o início de um processo de recuperação, de modernização e de expansão da agricultura tradicional com expressivos reflexos no parque têxtil, na avicultura e na agroindústria do caju cearense.

O turismo, por sua vez, a partir de 1995, recebeu tratamento especial do governo como ação estruturadora, capaz de causar impactos sobre a base física estadual e com efeitos multiplicadores na economia, contribuindo para o aumento das oportunidades de trabalho e alternativas de geração de renda. Com base num enfoque sistêmico integrando os aspectos territorial, institucional e comercial foram desenvolvidos os programas e projetos para permitir um avanço do setor.

O trabalho executado pelo Estado numa ação integrada com os setores ligados ao turismo, através de um bem estruturado programa de gestão institucional, da realização de investimentos em capacitação de recursos humanos e de uma eficaz campanha de promoção e *marketing*, aliado às vantagens comparativas do Estado, em quatro anos, resultou num acréscimo de 85% da demanda turística via Fortaleza e de 75% na receita turística total, com impacto significativo na contribuição do setor para o PIB estadual.

As condições básicas para o fortalecimento de Fortaleza como pólo receptor e para a inserção competitiva dos municípios e comunidades litorâneas nas atividades turísticas do Estado foram conferidas pelo PRODETUR, com a construção do Aeroporto Internacional, da rodovia estruturante Costa do Sol Poente, da infra-estrutura de saneamento básico, das ações de meio ambiente e desenvolvimento institucional das prefeituras.

Avanço ainda registrado no setor foi a definição e a implantação dos roteiros turísticos temáticos no interior: da Fé (romarias), das Águas (litoral, serras, sertão), da Arte e Memória, das Vilas Históricas e do Ceará Esportivo.

O resultado do trabalho empreendido no mercado internacional vem-se evidenciando no aumento gradativo do fluxo emissivo da Espanha, Áustria, Holanda e Itália e no lançamento de linhas aéreas para a Europa.

A solução de gargalos para a viabilização dos investimentos na área econômica, a interiorização do desenvolvimento e a integração social no espaço estadual vêm sendo possíveis com a construção, melhoramento e organização da infra-estrutura. Neste aspecto, ressalte-se que o Complexo Industrial-Portuário do Pecém contempla a integração da cadeia logística dos transportes marítimo e rodoviário no Estado e se constituirá em núcleo de irradiação do desenvolvimento regional e estadual. Com a construção do novo Aeroporto Pinto Martins, estima-se um crescimento da demanda turística de 800 mil para 2 milhões de passageiros/ano.

Por sua vez, os investimentos em energia elétrica realizados no Estado possibilitaram a duplicação da oferta garantindo o atendimento da demanda prevista com a ampliação das atividades produtivas, promovendo o incentivo ao desenvolvimento rural (Projeto São José), e permitiram a melhoria das condições de habitabilidade no interior (Programa "Luz em Casa"). O fornecimento estadual de eletricidade a partir de fontes não-convencionais, como a eólica e a solar, afigura-se um potencial viável de utilização em qualquer cenário econômico considerado.

Ademais, a implantação de parques eólicos (Mucuripe, Aquiraz, Paracuru e Camocim) e do Gasoduto Guamaré-RN / Fortaleza / Pecém (397 km), expandindo a oferta de gás natural dos atuais 180.000 m<sup>3</sup>/dia para 1.800.000 m<sup>3</sup>/dia no ano 2001, possibilitará a diversificação e o aumento da participação dessas fontes na matriz energética do Estado.

A exigência por um transporte de qualidade capaz de solucionar com mais eficiência mais os problemas e demandas de transporte de massa em Fortaleza levou o atual governo a orientar-se por um modelo de concepção integradora de transportes como o Projeto METROFOR.

Objetivando adequar, ampliar e reconstruir a malha viária cearense, garantindo qualidade por meio da duplicação, pavimentação, restauração e manutenção, o governo do Estado vem implementando o Programa Rodoviário de Integração Social que beneficiará diretamente oitenta municípios e cerca de cem outros, de forma indireta.

#### DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

É imperativo reconhecer que os resultados alcançados no setor primário não conseguiram reverter o quadro dominante de produtividade agrícola extremamente baixa, conjugada aos baixos níveis de educação e de renda da população rural. A indústria, a despeito do dinamismo experimentado, desempenhou papel limitado como gerador de emprego, porquanto o crescimento industrial em bases modernas tem restrições para absorver um contingente mais expressivo dos segmentos mais pobres. No setor de serviços, registram-se mudanças, tendo a liderança do crescimento passado dos subsetores tradicionais para os mais novos, dentre os quais, o turismo.

O principal desafio neste período administrativo é a capacidade do governo estadual de combinar os instrumentos de políticas disponíveis no âmbito de sua governabilidade para avançar no crescimento econômico ao ritmo verificado nesta década, com melhorias substanciais na redução da pobreza.

Esta estratégia de governo orienta-se para a prioridade de setores em que o Estado tem vantagens comparativas maiores, como a agricultura de alto valor agregado, o turismo e a expansão industrial, num ambiente cada vez mais competitivo, com indústrias de base que promoverão mudanças na estrutura do parque industrial instalado como a metal-mecânica e a petroquímica.

O Estado apresenta fortes aptidões para o crescimento e a modernização da agricultura apoiados em produtos de alto valor e insumos importantes para o crescimento da economia cearense, a exemplo do turismo, ao qual está reservado papel estratégico pelos efeitos em cadeia que provoca nas atividades correlatas.

Para o desenvolvimento da agricultura irrigada o Ceará potencializará suas vantagens comparativas: posição geográfica (fácil acesso aos Estados Unidos, União Européia e MERCOSUL); inserção na única região semi-árida tropical do mundo (NE); temperaturas altas e regulares (25°C a 30°C); intensa luminosidade (3.000 horas sol/ano); baixa precipitação (menos de 900 mm/ano). Esses fatores conferem ao Estado condição de estufa natural-elevada produtividade, menor incidência de pragas, maior controle sobre variáveis produtivas; múltiplas safras/ano. Ao mesmo tempo, o Estado conta com vantagens adquiridas: disponibilidade de solos agricultáveis (300mil

ha); credibilidade do governo; existência de boa estrutura de projetos de irrigação, infra-estrutura de transportes, parque agroindustrial instalado (sucos, doces, têxtil, rações, café, castanha de caju) e sistema de gerenciamento de recursos hídricos. A promoção do desenvolvimento da agricultura irrigada em bases competitivas é o principal objetivo do programa a ser implementado pelo governo, que tem ainda, como objetivos específicos, a identificação de tecnologias de produção agrícola irrigada, o aumento do emprego e renda rurais, a formação de uma cultura do agronegócio.

O Ceará conseguiu externar uma imagem de Estado moderno, aberto, atraente para a indústria. A reputação de Estado sólido e bem governado é um ativo a ser preservado como atrativo para as empresas que buscam um local para seus investimentos no Nordeste. O Programa de Atração de Investimentos se apoiará na consolidação da indústria de base para viabilização do Complexo Industrial-Portuário do Pecém (Refinaria e Siderúrgica) e atração de indústrias complementares das cadeias produtivas de ramos industriais de maior importância para o Estado. Na área de promoção industrial e apoio ao desenvolvimento tecnológico do setor, serão realizados investimentos estratégicos: a construção do Centro de Exposição Ceará-*Expotrade* e da Cidade Tecnológica, enquanto a construção de minidistritos no interior incentivará pequenas atividades produtivas como alternativa de geração de ocupação e renda em municípios sem estrutura para receber os investimentos industriais de maior expressão.

O fortalecimento do potencial turístico e a melhoria das condições de infra-estrutura básica requerida para expansão da atividade, aliados a uma forte ação promocional, serão a ênfase da política para o desenvolvimento do turismo.

Especificamente para Fortaleza, assumiu-se o desafio de inseri-la entre as cidades modernas e equipadas do país a partir da concepção do Projeto Fortaleza Atlântica, pressupondo um tratamento diferenciado em três áreas de intervenção; Porto do Mucuripe / Praia do Futuro tendo o Ícone como marco referencial do Brasil no século XXI, o Centro Histórico / Corredor Turístico Cultural e Rio Ceará Enseada Turística / Parque Ecológico prevendo o disciplinamento do Bairro do Pirambu, urbanização do hidroporto e das áreas do entorno das dunas.

A melhoria no funcionamento do mercado de fatores de produção especialmente o acesso confiável à água e a consolidação de uma infra-estrutura e superestrutura competitiva, é essencial para o crescimento dos setores prioritários. São investimentos estratégicos dessa infra-estrutura de base:

- A conclusão do CIPP, cuja capacidade inicial de movimentação de cargas é de 3,1 milhões de t/ano;
- A conclusão da pista do Aeroporto Internacional Pinto Martins (300 m) para receber grandes aeronaves em vôos nacionais e internacionais de cargas e passageiros;

- A construção do Complexo Intermodal de Cargas em parceria com a INFRAERO, dotando o Aeroporto Pinto Martins de um entreposto alfandegado voltado para exportação e importação de cargas, de área intermodal de cargas e aprimorando os serviços de salvamento e combate a incêndios;
- A implantação do Trem Metropolitano de Fortaleza (METROFOR), representando o início de um processo de requalificação urbana do centro de Fortaleza e permitindo a integração modal e tarifária com o sistema de ônibus, oferecendo tecnologia de ponta a dois terços da demanda por transportes coletivos da RMF;
- A garantia do suprimento energético requerido pelo CIPP, com a linha de transmissão Presidente Dutra / Fortaleza;
- A utilização da energia eólica como fonte de eletricidade (potencial eólico bruto utilizável no litoral, preliminarmente avaliado, de 5.500 MW) e no contexto da universalização do atendimento de energia elétrica a comunidades isoladas que distam mais de 10 km da rede elétrica com energia solar para sistemas de bombeamento de água, telecomunicações e iluminação de uso geral;
- A duplicação de 53 km de rodovias, a pavimentação convencional de 422 km, a construção de 472 km de acesso aos municípios, a restauração e selagem de 859 km, através do Programa Ceará II.

Levando-se em conta, portanto, as premissas da estratégia de avançar no crescimento econômico com base na continuidade da política de fortalecimento do setor industrial, na modernização da agricultura e nos avanços previstos na matriz de infra-estrutura, o governo do Estado estabeleceu como meta triplicar o valor das exportações atingindo o patamar de US\$ 1,0 bilhão até 2003.

## LINHAS DE AÇÃO

- Fortalecer a política de descentralização industrial, estimulando a interiorização dos investimentos;
- Expandir as atividades industriais de forma orgânica e planejada, definindo os setores prioritários do desenvolvimento industrial e complementando elos da cadeia produtiva;
- Fortalecer os vínculos internacionais para fomentar atração de investimentos para o Estado e incrementar o comércio exterior;
- Aperfeiçoar os instrumentos de promoção e divulgação de oportunidades de investimentos industriais e da política de incentivos fiscais;
- Estruturar os cinco pólos de turismo, integrando-os com os outros setores da economia, estabelecendo “interfaces” entre as ações, programas e projetos na busca da maior eficácia aos investimentos públicos e privados;
- Fomentar uma política de promoção do turismo, com intuito de atrair investidores, consolidar fluxos turísticos nacionais e captar segmentos do mercado turístico internacional;
- Estimular uma política de fomento a negócios e eventos, com implantação de novos empreendimentos e captação de negócios, congressos e feiras;
- Propiciar os meios para a consolidação dos corredores estruturantes e garantir a ampliação e a modernização da infra-estrutura básico-turística e dos equipamentos turísticos;
- Criar as condições necessárias para garantir e manter elevados níveis de produtividade das culturas irrigadas e contínua melhoria da qualidade dos produtos, com vistas a manter equiparada a Taxa de Equalização de Competitividade (TEC) entre os produtos nacionais e os do mercado internacional;
- Implantar uma carteira de negócios para viabilizar a implantação de agropólos com aproveitamento inicial das áreas irrigáveis dos projetos de Tabuleiro de Russas, Baixo Acaraú, Jaguaribe-Apodi e Araras Norte;
- Viabilizar os recursos necessários para investir intensivamente em tecnologia, capacitação e promoção comercial, notadamente na área da fruticultura;
- Estabelecer uma política racional e logística de transportes do Estado, explorando a intermodalidade;
- Ampliar a malha rodoviária do Estado atendendo racionalmente às várias regiões econômicas e às ligações com Fortaleza;

- Ampliar a rede de distribuição de energia elétrica para propiciar o desenvolvimento da pequena indústria e da agropecuária nas áreas rurais;
- Organizar a infra-estrutura para apoiar os investimentos na indústria, no turismo, na agroindústria e no setor de serviços;
- Implantar e sistematizar a plataforma logística de transportes do Ceará, contemplando, essencialmente, todo o CIPP, o Porto do Mucuripe, o Aeroporto, o Parque Intermodal e toda a infra-estrutura ferroviária e rodoviária disponível;
- Aumentar a capacidade do transporte coletivo na RMF através da integração modal e tarifária com o sistema ônibus, possibilitando viagens mais rápidas, redução da poluição ambiental, descongestionamento das vias urbanas e redução dos acidentes de trânsito;
- Diversificar as fontes de suprimento de energia, estimulando o aproveitamento de fontes não-convencionais (eólica e solar) para fortalecer o suprimento da oferta de energia elétrica no Estado e diminuir o grau de dependência externa.

### IV.3. Opção Estratégica III: Melhorar a Qualidade de Vida da População

#### AVANÇOS E DESAFIOS

Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos requer o compromisso de se trabalhar pelo desenvolvimento econômico sem se distanciar do grande desafio que é promover a inclusão social, melhorar a condição de vida dos mais pobres, consolidar a democracia, assegurar os direitos humanos e proteger o meio ambiente.

É papel do Estado traduzir este desafio em ações que concretizem efetivamente a qualidade de vida dos cearenses.

Causaram impacto na redução da mortalidade infantil e da mortalidade materna o controle e declínio de muitas doenças transmissíveis e o êxito nos resultados alcançados pelo Programa Saúde da Família, que, juntamente com o Programa Agentes Comunitários, tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida e saúde da população e, por fim, o novo modelo de atenção à saúde, que prima pelas ações de prevenção e promoção da saúde em detrimento da prática tradicional centrada, predominantemente, na resolução das doenças e recuperação da saúde.

O novo modelo de atenção à saúde contempla dois novos âmbitos de atuação: o microrregional, que corresponde às vinte microrregiões, delimitadas por agregação econômica, social, cultural e sanitária, e que detém auto-suficiência na oferta da atenção primária e secundária de serviços de saúde; e o macrorregional, responsável pela atenção terciária de saúde.

Na área da assistência social persistem os esforços em priorizar ações descentralizadas, eminentemente voltadas para as parcerias intersectorializadas que estimulem a capacidade para a organização, gerem ocupação e renda, assegurem os direitos da família, da criança e do adolescente, garantam a assistência aos grupos vulneráveis e promovam a defesa civil permanente.

Com esses objetivos, o Estado desconcentrou os serviços de assistência social, investiu na qualificação profissional, concedeu créditos aos pequenos empreendedores, ampliou a intermediação de mão-de-obra com as empresas, incrementou a produção e comercialização do artesanato cearense, implementou ações integradas que efetivaram a participação familiar nos processos educativos voltados integralmente para a criança e o adolescente.

Garantiu aos grupos vulneráveis o desenvolvimento de capacitação para a cidadania e desenvolveu ações permanentes de defesa civil para as populações em situação de calamidades e/ou riscos.

A política habitacional do Estado, ainda distante do êxito requerido, foi impulsionada na última década pela ampliação das oportunidades de moradia e melhoria das condições de habitabilidade através de mutirões habitacionais que possibilitaram a construção de 22.165 moradias, complementadas com obras de urbanização. A urbanização de aproximadamente 10 favelas de Fortaleza contemplou obras de pavimentação, drenagem, água e esgoto, beneficiando mais de 15 mil famílias.

Grandes investimentos em saneamento básico foram feitos no Estado, com recursos alocados aos Programas SANEAR, PRODETUR, PROSANEAMENTO do Tesouro do Estado e recursos próprios da CAGECE.

O nível de atendimento da população com abastecimento d'água atingiu 84% em 1997, enquanto o número de ligações d'água cresceu em 133% entre 1990-97, atingindo 788.908 ligações em 168 sedes municipais. Quanto ao esgotamento sanitário, o número de domicílios com ligações passou de 58,4 mil em 1990, para 124 mil em 1997, além de outras 148 mil novas ligações a serem realizadas em Fortaleza através do Programa SANEAR.

O Estado, ao longo dos últimos doze anos, vem implementando uma política ambiental voltada para a conservação dos recursos naturais, combate à poluição urbana e rural e proteção ao meio ambiente.

Para isso vêm sendo executados projetos de implantação de áreas de proteção ambiental, gerenciamento costeiro, café ecológico (Baturité), contenção de avanços de dunas, conservação, recuperação e implantação de áreas ambientais, combate à fumaça negra, fiscalização e controle de atividades industriais e do uso de agrotóxicos, dentre outros.

A prestação com qualidade dos serviços de segurança requereu ampla reorganização da Segurança Pública do Estado.

A criação da Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania foi o marco das mudanças ora implementadas no setor. O vetor dinâmico dessa secretaria é a integração operacional das forças de segurança formadas pela Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros. As marcas dessa integração são os “Distritos-Modelos” e o “Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS)”.

O processo de mudança cultural nos últimos doze anos vem permitindo consideráveis avanços na democratização do conhecimento e participação da sociedade nas discussões sobre a preservação do patrimônio cultural, artes cênicas e artes plásticas, dança, música, arte popular, literatura e todo um conjunto de valores capazes de fortalecer as identidades culturais de um povo como elemento diferenciador.

Há contudo grandes desafios a serem superados a fim de que se promovam profundas melhorias na qualidade dos serviços sociais básicos. Apesar dos expressivos resultados do setor econômico, o aumento da riqueza e da renda não foi capaz de gerar transformações decisivas no perfil do desenvolvimento social.

A área social ainda nos impõe grandes desafios dadas as condições de saúde da população, caracterizadas basicamente pela ocorrência de doenças endêmicas, imunopreveníveis, as decorrentes do saneamento básico e as de origem ambiental; precárias condições de moradia, principalmente daquelas localizadas em áreas além das degradadas.

A totalidade dos programas sociais continuará voltando-se para os problemas de carência e pobreza, direcionados aos segmentos populacionais mais vulneráveis, como crianças, adolescentes, mulheres, portadores de deficiência, idosos, dentre outros. Será evitada a prática assistencialista normalmente é voltada a prover condições mínimas de subsistência à população identificada em situação de pobreza extrema.

Urge se elevar a qualidade dos serviços de segurança a fim de que seja garantido o exercício dos direitos individuais e do bem-estar coletivo, minimizando os problemas carcerários, humanizando as prisões, dando condições de encarceramento mais digno e primando pela qualificação profissional do detento a fim de assegurar-lhe o retorno à sociedade.

O governo do Estado nos próximos quatro anos dará continuidade à execução da política ambiental na busca do desenvolvimento sustentável, de forma que a preocupação com o meio ambiente faça parte do processo de decisão em todos os setores de atividade.

A par do desafio decorrente da implantação de uma indústria cultural para o Estado do Ceará, sedimentada em infra-estrutura básica de qualidade que faz crescer as oportunidades de trabalho no setor de serviços, é necessário focar a prática da

democracia cultural, a conscientização da preservação do patrimônio cultural por parte da comunidade e demais segmentos, a valorização e o fomento ao potencial criativo à cultura diversificada e a articulação com as demais políticas públicas, todos estes com propósito de promover uma mudança de mentalidade fomentadora para o desenvolvimento do Estado.

#### DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Cumprir as metas sociais como viabilizador e prestador eficiente dos serviços sociais não é tarefa fácil para o Estado, que conta com um contingente considerável de excluídos, evidenciando marcas históricas de distorções sócio-econômicas.

A produção da riqueza, a distribuição de renda, o acesso ao emprego, à educação, à saúde, à justiça e à cidadania se fazem sentir como desafios para o governo. É de exigir-se então do Estado o compromisso e cumprimento da sua função de estar a serviço da sociedade, especialmente em favor dos menos favorecidos.

No Estado do Ceará, as políticas econômicas deverão interagir de forma harmoniosa com as políticas sociais, favorecendo um processo que viabilize ações integradas capazes de superar as condições de pobreza e incorporar a população ao processo de desenvolvimento. A construção desse novo paradigma de desenvolvimento passa pela oferta de serviços sociais básicos de qualidade, com ganhos na evolução dos indicadores sociais.

O nível de desenvolvimento econômico-social e político de uma população é também reflexo de sua saúde, à medida que haja permanente articulação entre o biológico, o psíquico e o social dos indivíduos.

A área de saúde vem passando por importantes transformações, numa perspectiva que envolve governo e sociedade, a fim de serem superados os problemas que apresenta o atual quadro sanitário do Estado.

As ações de saúde pública, como envolvem atores sociais do governo e da sociedade, são capazes de fazer aportes significativos ao desenvolvimento. Isto tem orientado o governo a romper com a medicalização e o imediatismo, valendo-se de estratégias de democratização da saúde, que combinam a universalidade do acesso, a integralidade das ações e a igualdade da atenção à saúde, ampliando assim a participação dos atores sociais e de suas demandas.

Nesse intuito, o Estado tem demonstrado maturidade no enfrentamento dos problemas de saúde quando, obedecendo aos princípios constitucionais de equidade, universalidade e integralidade da atenção à saúde, enfatizou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem-se utilizado dos conhecimentos epidemiológicos para estabelecer prioridades, propiciando a participação e o controle social, numa interação profícua com as esferas nacional e municipal.

A melhoria nos indicadores de saúde do Estado decorreu sobretudo da descentralização das ações, com prioridade para a municipalização, propiciando o fortalecimento da atenção básica à saúde.

Não obstante os avanços nos indicadores de saúde, há que se reduzir a padrões expressivamente baixos as taxas de mortalidade infantil e sobretudo materna. Para isso o Estado deverá continuar investindo num conjunto diversificado de programas e serviços de saúde, como altas coberturas vacinais, universalização do Programa de Saúde da Família, estímulo ao aleitamento materno, aumento da oferta do pré-natal, fortalecimento dos sistemas locais de saúde e outros.

Apesar da desnutrição infantil e materna ser ainda um problema sério e persistente, ligado que está às condições sócio-econômicas das famílias (baixa taxa de escolaridade e baixa renda familiar), o governo do Estado não medirá esforços para promover ações integradas, através de parcerias com os governos federal e municipais, num permanente diálogo entre instituições e sociedade, para que estes problemas, que cruzam âmbitos comuns, sejam resolvidos de forma eficaz e eficiente.

As ações diretas de combate à desnutrição, complementar e simultaneamente às ações integradas, continuarão ocorrendo pelo desenvolvimento de atividades em educação alimentar e nutricional e com distribuição de leite para crianças e gestantes em risco nutricional.

A diminuição da incidência e prevalência de doenças imunopreveníveis, endêmicas, como a tuberculose, a hanseníase, as decorrentes das condições ainda desfavoráveis do saneamento básico, como a diarreia infecciosa, a esquistossomose, a verminose e a febre tifóide, além das decorrentes das condições ambientais como a dengue, as hepatites virais e outras, evidenciam um novo quadro de saúde no Estado. As ações coordenadas da vigilância epidemiológica e sanitária serão intensificadas, visto que são ferramentas de transformação da saúde da população, pois atuam complementar e mutuamente para a efetividade do setor.

A Constituição Federal de 1988 tem sido referência quando o tema a tratar é a assistência social, política de seguridade social entendida como direito de garantia de proteção mínima a todos os cidadãos que dela necessitam.

Com a promulgação da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, regulamentação do direito à assistência social e ordenação de princípios, objetivos e ações sociais a serem implementadas, inaugurou-se uma nova gestão, descentralizada e de corresponsabilidade para as relações entre Estado e sociedade.

As ações de assistência social continuarão sendo executadas pelo atual governo, na busca da efetivação de uma política capaz de mitigar o descompasso entre indicadores sociais e econômicos, e sobretudo reformar a organização da assistência social no Ceará, de forma que os seus objetivos, diretrizes e metas estejam centrados na cidadania e voltados prioritariamente para as funções de inclusão, prevenção ,

promoção e proteção social, elegendo-se a família como foco de todas as ações e descentralizando-se o processo político-administrativo da assistência social como ação imprescindível.

A realidade social do Estado ainda é marcada por desigualdades sociais, fato que desafia a assistência social uma vez que a demanda é bastante expressiva e os recursos são poucos para atender à demanda cada dia mais crescente.

A análise dos problemas sociais do Estado dá mostra de que apesar dos esforços empreendidos e dos avanços já alcançados, as condições de vida do cearense permanecem insatisfatórias se comparadas aos padrões vigentes nas regiões mais desenvolvidas do país.

Aliada à elevada concentração de renda no Estado, verifica-se que os programas sociais ainda necessitam de ações corretivas e de ampliação, bem como de uma maior participação da sociedade.

Estas são situações que reclamam maior atuação do Estado, razão por que o governo irá desenvolver ações e medidas que possibilitem a reversão do quadro atual. Para isso continuará apoiando a população no processo de organização, fornecendo instrumentos de capacitação, com o fim de ampliar o espaço de poder da sociedade civil organizada. Afora isso, dar-se-á a descentralização da assistência, o que além de fortalecer o município e as ações básicas da assistência social permitirá estabelecer relações intergovernamentais de complementaridade e cooperação entre as três esferas de poder com competências distintas, mas articuladas entre si.

A questão da moradia afigura-se como fundamental, devendo ser priorizada dentro de uma concepção abrangente e integrada, que extrapola a mera significação de casa própria. Dessa forma, a habitação deve ser vista numa concepção de espaço de convivência como condição de exercício de cidadania para o ser humano. Portanto a habitação é elemento integrante do planejamento global de desenvolvimento urbano, onde estão presentes outras ações como saneamento, infra-estrutura, transporte, lazer, oportunidades de trabalho e a indispensável proteção ao meio ambiente, integrando-a ao contexto social, contribuindo de forma efetiva para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

É nesta direção que o governo do Estado vem centrando esforços, não somente para aumentar a oferta de moradias, mas também para mudar o quadro indesejável dos ambientes degradados pela consolidação de assentamentos espontâneos ou planejados, mediante a dotação da infra-estrutura necessária, entendendo que esta etapa é apenas a base para posicionar o cidadão na rota da promoção social, onde os outros serviços sociais básicos influam positivamente na vida das famílias e contribuam para o resgate e consolidação de consciências sociopolíticas compatíveis com os modernos padrões de democracia.

A precariedade do saneamento básico em nosso Estado acumula reflexos negativos na saúde pública e no meio ambiente, o que se evidencia expressivamente pelos índices de doenças de veiculação hídrica, ainda que em declínio, notadamente a diarreia, principal responsável pela mortalidade infantil em nosso Estado, e pelo alto índice de poluição encontrado em grande parte de nossos recursos hídricos.

Algumas cidades do Ceará apresentam por conseguinte, e infelizmente, índices ainda elevados de mortalidade infantil, decorrentes, entre outros fatores, da falta de saneamento básico.

A solução para estes problemas passa indubitavelmente pela realização de inúmeras obras e pelo desenvolvimento de ações na área de educação sanitária, com vistas a atender a população residente nas sedes municipais e nos distritos com sistemas de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário, às demandas geradas pelos pólos de desenvolvimento econômico e turístico e a população residente em pequenas localidades.

O aumento populacional registrado no Estado nos últimos quatro anos acarretou conseqüentemente uma demanda maior por serviços de segurança, defesa da cidadania e justiça.

Contudo não basta o aumento da oferta de serviços que não primam pela qualidade. Na segurança pública do Estado, onde o fator cultural haveria de receber tratamento estratégico e doutrinário, o anseio foi o de se substituir a improvisação e o empirismo por criterioso planejamento que legasse expressivos ganhos na área de gerenciamento de crises do Estado.

Observou-se que a proteção ao cidadão e a manutenção da paz social, como objetivos precípuos da segurança pública do Estado, se norteariam pelo desenvolvimento de quatro diretrizes políticas: integração operacional; reforma estrutural; mudança comportamental; modernização, tecnologia e sustentabilidade.

A economia do Estado do Ceará foi, desde seus primórdios, fundamentada na utilização dos recursos naturais. A partir desde embasamento econômico ocorreu, gradativamente, a degradação do meio ambiente.

Dentre as marcas do antropismo incluem-se o desmatamento indiscriminado, o manejo inadequado dos recursos hídricos, a caça predatória, a aceleração dos processos erosivos, a intensificação do assoreamento dos açudes e rios.

No Estado do Ceará, as áreas serranas, sertanejas e litorâneas mostram claramente o uso indevido do solo; a cobertura vegetal estadual vem-se reduzindo a um percentual médio estimado de 2,7% ao ano, e as florestas nativas que, em 1981, cobriam 73% do território estadual, hoje ocupam apenas 43% deste.

A continuidade da utilização predatória e irracional dos recursos naturais provocaria, em poucos anos, danos ambientais irreversíveis e acarretaria o empobrecimento de considerável parcela da população. Por isso, a política ambiental do Estado volta-se emergentemente para a utilização racional dos recursos naturais, promovendo-lhes a recuperação, conservação e preservação numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

São ainda fundamentais e vêm sendo incondicionalmente promovidas ações de proteção aos ecossistemas do Estado; a descentralização das ações ambientais; a capacitação dos recursos humanos; as ações de controle e monitoramento dos recursos naturais.

A adoção de políticas públicas culturais para o Estado do Ceará justifica-se pelo atual cenário globalizado que abre as portas para a chamada sociedade do conhecimento. As transformações resultantes da revolução científica e tecnológica, o avanço da ciência e o desenvolvimento das telecomunicações, neste final de século, têm propiciado clima favorável para o crescimento de oportunidades de trabalho no setor de serviços, onde se incluem as oportunidades crescentes da indústria da cultura.

Os países desenvolvidos focalizam suas atenções nas definições estratégicas da indústria criativa, pela expressiva economia que esta é capaz de gerar baseada nos sonhos e no entretenimento.

O Ceará vem despertando para as ricas potencialidades de sua cultura diversificada, cujas artes e lazer apontam para o desenvolvimento de uma indústria cultural sedimentada em infra-estrutura básica de qualidade, capaz de contribuir para novas relações de trabalho nas quais se exige um novo perfil de trabalhador que pensa e possui conhecimento e consome informações.

Nesse contexto, o governo do Estado vem privilegiando essas estratégias de fomento, não só para a economia, como por exemplo a capacitação da população para o mercado de bens simbólicos, como também promovendo a articulação entre as demais políticas públicas com o fim de obter uma mudança de mentalidade pela possibilidade de induzir à prática de uma democracia cultural.

#### LINHAS DE AÇÃO

- Universalizar o Programa Saúde da Família no Estado;
- Promover a inclusão da população que se encontra excluída dos bens, garantindo-lhe acesso a serviços considerados básicos para uma vida digna, contribuindo para a melhoria das condições de vida dessa população;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham como foco central a família, buscando o desenvolvimento integral do destinatário;
- Dar continuidade ao processo de descentralização / municipalização da assistência social, com envolvimento efetivo da sociedade civil e dos diferentes níveis de governo;
- Assegurar a transferência e publicação dos recursos destinados à Política Estadual de Assistência Social;
- Articular as iniciativas desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil otimizando a rede estadual de serviços assistenciais;
- Apoiar o desenvolvimento de pesquisas, o aperfeiçoamento tecnológico e o trabalho científico na área de assistência social;
- Promover a integração da Política Habitacional com as demais políticas públicas (educação, saúde, transporte, emprego e renda, capacitação de mão-de-obra);
- Otimizar a segurança pública pela integração das instituições-membro, por meio de medidas administrativas, ações operacionais e formação de mentalidade comum;
- Equacionar uma efetiva parceria entre a comunidade e o Estado, através dos núcleos comunitários de defesa social, instaurando e fomentando o sentimento institucional e social de polícia cidadã;
- Promover a gestão integrada da Segurança Pública com a Justiça;
- Promover a recuperação, conservação e preservação dos recursos naturais, visando à utilização racional desse potencial numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;

- Proteger os ecossistemas do Estado do Ceará, através da criação e implantação de unidades de conservação;
- Promover a descentralização das ações ambientais, incentivando as prefeituras municipais no que se refere à implementação de Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente;
- Promover e estimular a capacitação dos recursos humanos para as atividades relacionadas à política estadual do meio ambiente;
- Descentralizar a ação cultural objetivando a cooperação mútua nos diferentes níveis de governo, da iniciativa privada e da sociedade em geral;
- Estimular a criação artística e cultural em suas diferentes manifestações;
- Identificar, inventariar, registrar, proteger, restaurar, conservar e revitalizar o patrimônio do Estado facilitando o acesso, a devolução e uso desses bens pela sociedade cearense;
- Incentivar e proporcionar o intercâmbio de bens e serviços culturais em nível estadual, nacional e internacional;
- Propiciar o desenvolvimento dos recursos humanos que atuam na área da cultura;
- Realizar e incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas nas diferentes áreas da criação artístico-cultural, bem como da proteção e conservação do patrimônio cultural;
- Fortalecer a política cultural do Estado, através do incentivo à edição e reedição de títulos, pondo à disposição da comunidade cearense nossa produção literária.

#### IV.4. Opção Estratégica IV: Garantir a Oferta Permanente de Água e o Convívio com o Semi-Árido

##### AVANÇOS E DESAFIOS

A política voltada para a redução da vulnerabilidade do semi-árido e para a interiorização do desenvolvimento foi concebida em 1987, quando da reforma institucional no âmbito dos recursos hídricos. Preconiza, como princípio, a água como um bem econômico escasso e indispensável à superação dos obstáculos ao desenvolvimento. Como estratégia, pressupõe um Sistema de Gestão de Recursos Hídricos tendo como objetivo a maximização da oferta hídrica e a indução para a eficiência e eficácia nas atividades usuárias da água.

Decorrida pouco mais de uma década, seguindo como base o Plano Estadual de Recursos Hídricos, conseguiu-se substancial avanço em termos do aperfeiçoamento institucional e do aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, iniciando-se ao mesmo tempo a ampliação da infra-estrutura hídrica estadual com a construção de reservatórios, canais e adutoras, elevando-se a capacidade de armazenamento em mais de 1,0 bilhão de m<sup>3</sup>.

O aumento da oferta hídrica, financiada com recursos do Banco Mundial e a contrapartida do governo estadual através de programas estruturantes - a exemplo do PROURB-Hídrico e PROGERIRH-Piloto, Adutoras do Sertão e Industriais e Canal do Trabalhador, vem permitindo o abastecimento d'água à cidade de Fortaleza e à sua região metropolitana, ao Complexo Portuário do Pecém, a todas as sedes municipais, garantindo também o suprimento de água bruta para projetos de irrigação e o suporte ao programa de descentralização industrial, viabilizando a instalação de 208 indústrias, somente no período de 1995-98.

Nas áreas consideradas "vazios hídricos", reduziu-se parte da vulnerabilidade à falta d'água de boa qualidade por meio da perfuração, recuperação e instalação de cerca de 1.800 poços (1995-98), alguns inclusive com dessalinizadores, beneficiando várias comunidades rurais, reduzindo o uso de carros-pipa, com reflexos positivos na melhoria das condições de saúde da população rural.

Considerando-se que o desenvolvimento do meio rural cearense é ainda fortemente condicionado à baixa produtividade e ao baixo nível educacional da força de trabalho, agravado pela existência de grande contingente populacional em condições de pobreza, é importante ressaltar que o desempenho do setor foi considerado satisfatório sob o ponto de vista macroeconômico.

A modernização e a racionalização da estrutura do Sistema Estadual da Agricultura influenciaram, decisivamente, na melhoria dos serviços prestados aos agricultores de baixa renda, através dos programas de combate à pobreza rural.

As ações desenvolvidas pelo Projeto de Reforma Agrária Solidária, hoje uma referência nacional, que propiciou a democratização da posse e uso da terra, e pelo Projeto São José, permitindo o acesso das pequenas comunidades rurais à eletrificação e à água, vêm contribuindo para a elevação nos investimentos em ativos físicos e capital humano dos produtores rurais mais pobres, habilitando-os a se beneficiarem das oportunidades econômicas resultantes do crescimento da economia cearense.

Também em apoio aos produtores rurais, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) vem contribuindo para o crescimento e estabilização da agricultura familiar, com crédito rural e melhoria da infra-estrutura rural, incluindo-se ações de apoio e melhoria das condições de habitação, saúde, saneamento, armazenagem e agroindústria.

Apesar dos esforços da ação governamental, é imperativo reconhecer que os investimentos realizados no semi-árido ainda não têm sido suficientemente capazes de melhorar o perfil sócio-econômico do meio rural cearense.

O fortalecimento do meio rural e a redução da vulnerabilidade do semi-árido dependem fundamentalmente do aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos e do aumento da oferta regularizada de água, que será alcançado com a conclusão do açude Castanhão, com a integração de bacias hidrográficas e com a exploração dos mananciais hídricos subterrâneos.

O pressuposto é avançar na implementação de um novo contexto institucional que inclui as associações de usuários da água no âmbito das bacias hidrográficas, a plena recuperação dos custos para os projetos de recursos hídricos e o desenvolvimento do mercado de água. Objetiva-se alcançar e manter padrões desejáveis de sustentabilidade e níveis toleráveis de vulnerabilidade, condições garantidas quando a potencialidade de armazenamento d'água consiga superar a disponibilidade d'água que, por sua vez, seja maior que a demanda, reduzindo-se assim os conflitos entre os diversos usuários da água.

Para a redução da pobreza rural, as ações deverão ser direcionadas para que um percentual dos pobres rurais se estabilizem nas áreas agrícolas tradicionais, combinando-se ações de reforma agrária e outros mecanismos, incluindo-se o Projeto São José, PRONAF, PRORENDA, para capitalizar os pequenos agricultores e, assim, habilitá-los a se beneficiarem das oportunidades econômicas resultantes do crescimento.

Como resultado do fortalecimento da rede urbana municipal, da política de atração de investimentos, e da criação de novas oportunidades de trabalho e a implementação dos agropólos, espera-se que, gradualmente, um percentual da população migre para as áreas urbanas de médio porte, devendo ocupar atividades secundárias e terciárias. Um outro grupo produtivo será absorvido pela agricultura moderna, com amplas possibilidades de auto-sustentabilidade econômica e social.

Os avanços das políticas sociais, principalmente nas áreas de saúde e assistência social, e a melhoria da segurança social deverão assegurar condições dignas de sobrevivência para aqueles que demonstrem maior capacidade de adaptação.

#### DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Levando-se em consideração a importância dos recursos hídricos para o Ceará, a redução da vulnerabilidade do semi-árido e o fortalecimento do meio rural estão fortemente condicionados à oferta permanente de água para atender não somente ao abastecimento humano como aos demais usuários, ou seja, indústria, irrigação e turismo.

O desafio para o período de 1999-2003 é a ampliação da oferta d'água para evitar o colapso pela falta d'água em todas as sedes municipais, nas pequenas comunidades

e em Fortaleza, com a garantia de água bruta para suprimento dos agropólos, do Complexo Portuário do Pecém e descentralização industrial.

Para tanto será dada prioridade ao fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema de recursos hídricos, com prosseguimento dos programas voltados para a ampliação da oferta hídrica, com o término do Castanhão e através de ações do PROGERIRH, que garantirão a transferência da água entre as bacias hidrográficas.

O aperfeiçoamento da base de dados e informações meteorológicas deverá apoiar e respaldar o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Integrado e Sustentado do Semi-Árido do Ceará, cujo objetivo principal é contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas da população que vive no semi-árido, mediante a implementação de projetos nas bacias hidrográficas com vistas a assegurar a geração de ocupação e renda e a efetividade das ações na melhoria da qualidade de vida daquela população.

O fortalecimento do meio rural e o aumento do impacto na economia estadual serão alcançados com a ampliação das áreas potencialmente irrigáveis e com a implementação de agropólos, com a modernização da agropecuária tradicional, incluindo o milho, o algodão, o caju, com a caprinocultura e a pecuária de leite e da pesca e a aquicultura, no intuito de fortalecer a integração da cadeia produtiva.

Pretende-se também criar oportunidades e combinações de negócios entre o setor primário e os demais setores, visando à ocupação produtiva do homem do campo.

No combate à pobreza, daremos continuidade às ações do Projeto São José, que vem contribuindo para a criação do aumento do ativo dos mais pobres através da infraestrutura básica de água e eletrificação rural.

Nesse contexto de aumento do ativo, o Programa de Reforma Agrária e Ação Fundiária deverá democratizar a posse e otimizar o uso da terra facilitando o acesso ao crédito rural, dando condições de emancipação das pequenas comunidades rurais.

A atenção à pequena produção será mantida através dos programas Hora de Plantar, Agricultura Familiar e PRORENDA Rural, que possibilitaram o uso de semente fiscalizadas das culturas de subsistência, a assistência técnica e o crédito, a infraestrutura rural e o auto-desenvolvimento dos produtores rurais e dos pescadores artesanais.

Considerando-se o baixo nível educacional da população ocupada na agricultura, dar-se-á prioridade para a capacitação técnica e gerencial ao produtor rural de agricultura familiar com vistas ao aumento da produção e produtividade.

#### LINHAS DE AÇÃO

- Ampliar a oferta hídrica para elevar o potencial de reservas de água;

- Implementar uma rede de eixos de transferência de água entre bacias hidrográficas;
- Aperfeiçoar os instrumentos de gestão dos recursos hídricos;
- Garantir a preservação hidroambiental e a conservação da água;
- Implementar um Sistema de informações geográficas adequado à realidade do semi-árido;
- Desenvolver modelos de monitoramento e gestão de bacias, adaptáveis às peculiaridades regionais;
- Modernizar a rede hidrometeorológica e hidrométrica do Estado;
- Incentivar a realização de estudos e pesquisas com vistas ao melhor conhecimento da hidrologia do semi-árido;
- Atualizar a base cartográfica do Estado do Ceará;
- Estimular a participação da iniciativa privada, em nível municipal, no gerenciamento de sistemas hídricos, regiões hídricas e bacias hidrográficas;
- Manter preventivamente e corretivamente açudes, adutoras, canais, estações elevatórias e equipamentos hidromecânicos;
- Estimular a instalação de pequenos sistemas hídricos localizados;
- Elevar a produtividade da pequena produção no tocante ao uso da terra, mão-de-obra e capital para tornar a agricultura competitiva e sustentável;
- Integrar a produção agrícola e agroindustrial para oferecer novas oportunidades de renda e trabalho no meio rural;
- Viabilizar o acesso à terra e à infra-estrutura rural aos trabalhadores rurais sem-terra e/ou minifundiários.
- Elevar os níveis de educação e de capacitação do homem do campo para contribuir para a sua emancipação de forma sustentável.

#### IV.5. OPÇÃO ESTRATÉGICA V: APERFEIÇOAR A GESTÃO PÚBLICA

##### AVANÇOS E DESAFIOS

A reforma do aparelho institucional público nos últimos doze anos conduziu a uma gestão governamental austera, a uma administração pautada na ética e na implementação de políticas públicas mais efetivas, indispensáveis à construção de uma sociedade democrática, participativa e auto-sustentável. Isso permitiu que o Ceará

alcançasse um patamar de destaque no cenário nacional pelo bom desempenho econômico, relativamente ao Brasil e aos demais Estados do Nordeste, e fiscal, em decorrência da sua eficaz administração pública. Para chegar-se à conquista desse patamar, o setor público foi dinamizado com o intuito de apresentar padrões compatíveis com as novas exigências da sociedade.

Buscaram-se assim: a desburocratização, para eliminar procedimentos que dificultam a otimização dos resultados; a descentralização, eliminando barreiras desnecessárias; e o alcance dos objetivos propostos. Além disso, procurou-se dar a transparência no uso dos recursos e nos resultados das ações de governo, estimulando-se as parcerias entre o setor privado e as organizações não-governamentais para ampliar a participação; e promoveu-se o aperfeiçoamento contínuo na qualificação dos servidores públicos para obtenção de trabalho num elevado nível de excelência.

O êxito na relação governo-sociedade deveu-se ao papel dos órgãos de gestão pública, agrupados em quatro grandes áreas de atuação: planejamento e informação, finanças públicas, administração pública e de recursos humanos e acesso à cidadania.

O planejamento estadual balizou-se por estudos de análise e avaliação do desempenho estadual recente (anos 90) dos indicadores macroeconômicos, condições de vida e pobreza, desempenho fiscal e políticas públicas, que estabeleceram as grandes linhas estratégicas tratadas neste Plano.

O resultado da eficiência do planejamento governamental reflete-se no bom desempenho da área econômica, através da política de atração de investimentos industriais, dos projetos estruturantes; do fortalecimento do setor agrícola, através da agricultura irrigada e da modernização da agricultura; do desenvolvimento do turismo. Na área social, a modernização institucional criou as bases para a implementação de amplo programa de educação para a população cearense.

A produção de informações estratégicas apoiou, sobremaneira, o planejamento e a gestão estaduais, subsidiou o planejamento municipal e propiciou o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento.

Por sua vez o acompanhamento dos programas e projetos facilitou a análise da ação governamental, orientou o planejamento e permitiu a intersetorialidade, resultando no alinhamento das ações e favorecendo, assim, o processo de tomada de decisão.

O saneamento das finanças estaduais era fator imprescindível para o Estado alcançar a posição que ocupa hoje no cenário nacional, sendo uma das metas de que não abre mão para continuar com a estabilidade fiscal.

Para incremento das receitas, o governo do Estado promoveu a alienação de bens estaduais, em especial, a venda das ações da COELCE, executou o projeto de monitoramento fiscal e revisou o tratamento tributário (energia elétrica e combustível).

Esses dois últimos repercutiram de forma decisiva para o aumento da receita do ICMS a partir de 1988.

Ampla modernização organizacional tributária foi implantada visando atender ao objetivo de maximizar a receita e otimizar a despesa, de forma que os recursos pudessem ser utilizados com racionalidade pelo lado do gasto e com equidade pelo lado do usufruto.

Esse processo, baseado no estabelecimento de metas com enfoque nos resultados, permitiu, dentre outros avanços, a desburocratização na tramitação de documentos entre fisco e contribuinte, melhorando as condições de controle e garantindo a realização das atividades de acompanhamento, monitoramento e auditoria fiscal.

Dentre as medidas adotadas conforme o novo modelo de gestão para o sistema bancário estadual, cumpre destacar a assinatura do Protocolo de Federalização do Banco do Estado do Ceará, para posterior privatização. A medida estratégica adotada não inviabiliza, ao contrário fortalece, a vocação do banco para negócios no âmbito do financiamento ao consumo.

As propostas de desenvolvimento e aperfeiçoamento da reforma do Estado apontavam inexoravelmente para a melhoria dos serviços públicos prestados, o que ensejava o comprometimento do servidor público e sua capacitação, capazes de aprimorar a qualidade de seu trabalho.

O governo do Estado, objetivando melhor aproveitar o potencial de recursos humanos disponíveis, investiu num intenso programa de capacitação e motivação para o trabalho, redirecionando o papel do servidor público e envolvendo-o em amplo processo de mudanças, tornando-o ciente do seu importante papel diante da sociedade, e, conseqüentemente, aproximando-o mais das carências e necessidades do público-usuário. Os ganhos obtidos refletem-se, sobremaneira, no envolvimento do servidor na formulação de projetos que o tornaram responsável pelos resultados obtidos.

O alcance da modernização administrativa, portanto, é resultado de ações voltadas à formação, reestruturação e ampliação de órgãos públicos, o que formalizou uma nova matriz institucional com a finalidade de exercer o controle da infra-estrutura governamental, suporte à prestação dos serviços públicos.

A ampla reforma administrativa levada a efeito promulgou uma prática de serviços efetivamente voltada para a sociedade. Assim a interlocução governo-cidadão foi priorizada pela ação dos diversos órgãos governamentais, em especial daqueles envolvidos na democratização das relações Estado-sociedade.

O Modelo de Gestão Participativa, com apoio do governo do Estado, ainda que de forma embrionária, criou novos canais de participação da sociedade abrindo espaços para um processo de gestão compartilhada das políticas e projetos públicos, e, à

medida que reconduziu os processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações públicas, dirimiu conflitos e ensejou decisões coletivas, com maior alcance dos objetivos e resultados nas ações do governo.

Na condução da prática do exercício da cidadania foram fundamentais as ações dos Órgãos de Defensoria e Ouvidoria, que vêm agregando significativos valores aos cidadãos, enquanto orientam e estimulam a busca de direitos, facilitando também o acesso a Justiça, como forma de garantir o democrático preceito constitucional.

Com a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), o Estado vem garantindo a direção, regulação e fiscalização sobre os serviços públicos com a finalidade de atender ao interesse público, mediante normatização, planejamento, acompanhamento, controle e fiscalização das concessões e permissões submetidas à sua competência.

Finalmente, os êxitos contabilizados fazem parte deste longo histórico de trabalho, vontade e perseverança na superação de barreiras que dificultam a ação governamental, das quais a mudança de mentalidade era a mais desafiadora.

Os esforços demandados por uma gestão pública eficiente e eficaz, contudo, ainda se orientam pelo objetivo de continuar fazendo com excelência, livrando-se dos entraves da cultura burocrática, da lentidão e do corporativismo.

O desafio almejado é o equilíbrio entre custo, qualidade e prazo de atendimento dos serviços públicos ao cidadão cearense.

Apesar dos grandes avanços alcançados pela Gestão Pública Estadual, há, porém, inúmeros desafios a serem superados a fim de que se promovam as reformas necessárias à prestação de um serviço de excelência ao cidadão cearense.

O Modelo de Gestão continuará tendo como foco a produtividade e a qualidade dos produtos e serviços disponíveis ao cidadão. Para tanto os servidores continuarão a ser capacitados, qualificados e conscientizados acerca da nova postura que devem assumir no intuito de contribuir proativamente para maximizar a capacidade de resposta do poder público às demandas da sociedade.

Para a inserção da economia estadual no mundo globalizado, a administração pública tem como especial desafio a reformulação da cultura da gestão pública ainda excessivamente regulamentada e essencialmente focada nas atividades meio, com baixos níveis de delegação e participação.

Para o aperfeiçoamento da gestão pública serão utilizados métodos e técnicas de planejamento sistêmico e integrativo, possibilitando o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação sistemática dos indicadores quantitativos e qualitativos de gestão e de resultados nas áreas política, econômica e social.

#### DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Apesar da evolução administrativa já alcançada no Estado, o nível de necessidades da população cearense impõe o alcance de altas taxas de efetividade nas ações de governo, exigindo de todos os agentes governamentais responsabilidade, comprometimento, espírito público, a fim de promover a otimização e fazer convergir todas as energias e recursos para a consecução das metas e dos objetivos estratégicos do governo, em resposta às expectativas e desejos da sociedade. As distorções continuarão a ser corrigidas no âmbito do alinhamento estratégico, na definição das atividades finalísticas do Estado, na potencialização dos recursos humanos necessários, na otimização dos recursos físicos disponíveis, na modernização da infra-estrutura tecnológica e na reformulação dos modelos de organização e gestão.

Quanto às questões relativas ao alinhamento estratégico, há que se compreender o funcionamento sistêmico do Estado, a partir do seu papel diante das características das demandas da sociedade, iniciando pela identificação do perfil dos segmentos sociais, para se definir claramente os produtos e serviços a serem oferecidos no atendimento de suas necessidades. A partir dessa reflexão, deverão ser identificadas as atividades a serem desenvolvidas, os insumos, os fornecedores e os parceiros com os quais se poderá contar para prestar o atendimento que a sociedade espera.

Dar-se-á continuidade também à alocação dos servidores nas instituições governamentais, corrigindo concentração de pessoas em atividades meio e escassez nas atividades finalísticas do Estado. Permanecerá a adequação do perfil profissional de um número significativo de servidores que está incompatível e com qualificação inadequada para as atuais necessidades das organizações públicas, tanto no corpo gerencial como no técnico, principalmente quanto à internalização e aplicação de novos princípios de gestão, conceitos de qualidade, conhecimentos de informática,

novas técnicas de gestão, novos métodos de planejamento integrado e sistemático, do estratégico ao operacional.

A participação dos servidores no processo de mudança será intensa, gerando comprometimento e motivação. A criação de instrumentos eficazes de avaliação de desempenho e reconhecimento do mérito, ligada ao cumprimento das metas de governo e dos resultados a serem gerados pelos órgãos, deverá motivar os servidores a superar os desafios traçados no planejamento governamental.

Continuarão a ser trabalhados, também, os problemas comportamentais, tendo em vista a reformulação dos princípios e valores ainda vigentes que provocam conflitos, desagregação, facções, corporativismos. Serão revistas a estrutura de atendimento às necessidades dos servidores, até mesmo quanto a problemas sociais, e as questões com contratos de terceirização de mão-de-obra, dentre as quais podemos apontar a falta de padronização, critérios de contratação etc.

No que se refere aos recursos físicos, observam-se várias ineficiências, que serão corrigidas nos processos de aquisição, guarda, distribuição e utilização de materiais de consumo e permanentes, como os principais itens comprados de forma não corporativa, perdendo ganho de escala no contexto global da administração pública.

A infra-estrutura tecnológica do Estado ainda está calcada em uma tecnologia centralizada, devendo mudar para um modelo moderno e distribuído. Ademais, a inexistência de uma rede de comunicação governamental, aliada à desintegração dos sistemas, tem comprometido a troca de informações e a tomada de decisão em diversos níveis gerenciais. A incompatibilidade tecnológica existente é fruto das ações individuais na busca de soluções isoladas pelas setoriais, pois não existia uma coordenação estratégica que definisse normas e padrões tecnológicos.

O despreparo dos usuários, a falta de cultura para o uso de tecnologia e o desconhecimento por parte do corpo técnico de modernas soluções de informática continuarão a ser neutralizados pela reciclagem permanente do corpo de servidores, enquanto o excesso da burocracia será corrigido pela introdução de modernas ferramentas tecnológicas de mercado, assim como pela informatização dos processos finalísticos dos órgãos estaduais.

O modelo de gestão adotado, embora tenha evoluído muito, necessita ainda alcançar maior capacidade de resposta, ser mais ágil e gerar melhores resultados, e a consolidação do planejamento como instrumento de gestão deverá ainda fazer parte da cultura das instituições públicas do Estado, pois as metodologias de pesquisa, planejamento sistemático e integrativo devem ser disseminadas e padronizadas do estratégico ao operacional, de modo que se acompanhe, monitore em tempo real e se faça avaliação sistemática dos resultados, visto que um bom planejamento, aliado a um modelo de gestão compartilhada, neutraliza os efeitos das discontinuidades administrativas.

Serão estruturados mecanismos de escuta à sociedade em todos os órgãos do Estado e desenvolvidas metodologias que permitam agir em tempo hábil na correção das insatisfações e na implementação das sugestões apresentadas pelo cidadão.

Outra questão que continuará sendo trabalhada será a elevação do nível de compromisso dos servidores com os resultados que devem ser alcançados pelo governo do Estado. O modelo de gestão, portanto, a ser consolidado deverá estar centrado nos resultados e na satisfação da sociedade, para onde convergirão todos os modelos estruturais de todos os vetores da Gestão Pública Estadual.

#### LINHAS DE AÇÃO

- Desenvolver ações de recuperação dos créditos tributários inscritos ou não na dívida ativa do Estado;
- Promover o trabalho de conscientização da sociedade sobre o cumprimento voluntário das obrigações tributárias;
- Realizar atividades de revisão da legislação tributária para aperfeiçoar e simplificar, a fim de facilitar o cumprimento voluntário das obrigações tributárias;
- Desenvolver mecanismos informatizados de controle do cumprimento da legislação e de acompanhamento e monitoramento, objetivando a efetividade da ação fiscal;
- Revisar os processos finalísticos das receitas tributárias, com o desenvolvimento dos respectivos suportes tecnológicos, a fim de desburocratizar, agilizar e dar maior eficiência e eficácia às ações fazendárias;
- Implantar o sistema previdenciário único e conceber e desenvolver o sistema de fundo de pensão para os servidores estaduais;
- Implementar o sistema integrado de gestão para a administração estadual;
- Promover o desenvolvimento dos recursos humanos do Estado para compatibilizar o perfil profissional com as necessidades de gestão, tanto técnicas como comportamentais, para a administração pública;
- Desenvolver mecanismos de avaliação de desempenho e de reconhecimento do mérito profissional dos servidores;
- Adotar ações de racionalização das aquisições, da distribuição e uso dos recursos materiais de consumo permanente e otimização da utilização dos imóveis;
- Promover a mudança e a modernização da infra-estrutura tecnológica, absorvendo novas tecnologias e conhecimentos, estruturando a rede governamental e implementando modernos instrumentos tecnológicos de forma integrada e harmônica;

- Aperfeiçoar e disseminar métodos de pesquisa, de planejamento sistemático integrativo e de orçamento como instrumentos de gestão pública, de forma padronizada no Estado, definindo metodologias e técnicas que possibilitem o efetivo acompanhamento, o monitoramento em tempo real e a avaliação sistemática em todos os níveis gerenciais;
- Promover a sensibilização de gestores e servidores para modernização da administração pública, realizando alinhamentos estratégicos sobre o papel das instituições, em face das demandas da sociedade;
- Dar continuidade à reformulação dos modelos organizacionais, a partir de reflexões estratégicas e dos redesenhos dos processos finalísticos das instituições estaduais;
- Consolidar os instrumentos e mecanismos de participação da sociedade como forma de promover o aperfeiçoamento da administração pública e de melhorar seus resultados;
- Promover o desenvolvimento de soluções que maximizem a capacidade competitiva, através da melhoria da qualidade e da produtividade das organizações atuantes na economia cearense.

## V. FINANCIAMENTO DO PLANO

O Plano Plurianual 2000 – 2003 envolve recursos públicos da ordem de R\$ 13.503,2 milhões. Estes recursos foram alocados em 123 Programas, organizados em dois grandes grupos. O primeiro, denominado de Programas Finalísticos englobando recursos no montante de R\$ 6.355,5 milhões, integra todos os programas prioritários para o desenvolvimento do Estado, alinhados com a orientação estratégica do Governo, e tem por objetivo maior a produção de bens e serviços à sociedade e a melhoria contínua da qualidade e produtividade dos serviços públicos. O segundo grupo contempla os Programas de Gestão e Serviços ao Estado, absorvendo R\$ 7.147,69 milhões, cuja natureza do gasto está relacionado com a manutenção e funcionamento administrativo dos órgãos e entidades, tais como planejamento, administração financeira, controle, administração de pessoal, comunicação, desenvolvimento institucional e os programas vinculados à ação judiciária, legislativa e defesa da ordem jurídica.

Não integram o Plano Plurianual as ações que não contribuam para o ciclo produtivo do Governo Estadual, nem tampouco para o alcance de seus objetivos. Dentre essas ações, destacam-se os gastos relativos à dívida, transferências constitucionais, ressarcimentos, indenizações, sentenças judiciais e outras afins, que representam agregações neutras, valendo destacar que estas despesas integram os orçamentos anuais.

A previsão de recursos para o Plano Plurianual foi realizada a partir de estudos de projeções macroeconômicas, fundamentadas no modelo de impacto da matriz de Insumo-Produto, que melhor oferece as expectativas e perspectivas de crescimento dos principais subsetores de atividade da economia, incluindo-se 2 (dois) da agropecuária, 6 (seis) da indústria e 5 (cinco) do subsetor serviços e que respondem por cerca de 65% do Produto Interno Bruto – PIB. Para efeito do cálculo das receitas foi considerado um cenário que sugere uma Taxa de Crescimento Médio do PIB Total de 6,5%, no período de 1998 a 2003.

Considerando estes estudos e outras variáveis, como o esforço de arrecadação desenvolvido pelo Estado, projetou-se a Receita Tributária para o período 1999 – 2003, com destaque para o ICMS, conforme a tabela abaixo, que resume as taxas de crescimento para o PIB estadual e o ICMS:

Especificação	1999	2000	2001	2002	2003
1. PIB Estadual	3,5	6,4	7,5	8,5	6,7
2. Cresc. Total ICMS:	5,4	7,0	8,2	8,2	7,2
2.1 Ativ. Econômica	3,0	6,0	7,2	7,2	6,2
2.2 Esf. Arrecadação	2,4	1,0	1,0	1,0	1,0

Fontes: IPLANCE e SEFAZ.

Com relação às Transferências Correntes, incluindo o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o IPI – Exportação e o ICMS – Exportação como as mais expressivas, foram admitidas, para 1999, as estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e, para 2000, estimou-se um crescimento de 11%, considerando a não prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Para os demais anos, adotou-se um crescimento para as transferências equivalente a uma taxa média de crescimento do PIB nacional, calculado em 3,0%, considerando a tendência da conjuntura econômica atual.

Na projeção final, as Receitas do Tesouro Estadual para o financiamento do Plano Plurianual 2000-2003 foram calculadas em R\$ 9.311,0 milhões, representando cerca de 68,9% das necessidades totais.

As demais fontes de financiamento englobam recursos da ordem de R\$ 4.192,2 milhões, equivalentes a 31,1% do valor total do Plano Plurianual. Constituem estas fontes as Operações de Crédito, Convênios com órgãos da administração federal e as Receitas diretamente arrecadadas por Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Autarquias e Fundações, decorrentes da prestação de serviços.

As operações de crédito, estimadas com base nos contratos vigentes e em outros acordos que se encontram em fase de negociação, somam a quantia de R\$ 1.142,2 milhão, equivalente a 8,5% do Plano. Destacam-se nestas operações os contratos firmados para o Programa de Integração Rodoviária do Ceará, o PROURB, o SANEAR II, o Saneamento Rural, o Parque Eólico, o Programa de Educação Básica, o Projeto São José II, o Programa de Gerenciamento e Integração de Bacias (PROGERIRH), o PROARES e o PRODETUR II.

As transferências negociadas, repassadas para o Estado sob a forma de Convênios, foram estimadas em R\$ 2.203,4 milhões, equivalentes a 16,3% do Plano. Estão inclusos, neste montante, os repasses para o setor de Saúde (Sistema SUS e outros Convênios da área de assistência à Saúde), o Programa de Construção do Trem Metropolitano de Fortaleza (METROFOR), a conclusão do Porto do Pécem, a Merenda Escolar, Programas de Saneamento e Habitação (PASS e Habitar Brasil).

A consolidação dos recursos orçamentários por Fontes e distribuídos segundo as Áreas de Atuação do Governo, Programas e Macrorregiões de Planejamento consta dos anexos apresentados a seguir.

